



Anais da Assembléia

N.º 13

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE MARÇO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 10.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 1984

(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Nelson Buffara.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Germote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Ordeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo falecimento inesperado e prematuro de WICTOR CARLOS NETO DE OLIVEIRA, ocorrido em 24 de março do corrente.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

O passamento de Wictor Carlos Neto de Oliveira, além de trazer pesar e tristeza a seus familiares, abalou profundamente seu vasto círculo de amigos e pessoas de relacionamento. Jovem, nascido em primeiro de março de 1957, aos 27 anos, carreira brilhante havia iniciado, e que, abruptamente lhe foi interrompida por acidente rodoviário, ocorrido entre Londrina e Maringá.

Médico-bioquímico, profissional dedicado, de sentimentos e atos altruístas, mestre maçom da Loja Paz e Amor n.º 36, a cuja instituição dedicava o sentido de sua vida. seu passamento

deixa lacuna profunda entre familiares e amigos.

Esta é a homenagem que tributamos a esse irmão, que se ausentou de nosso convívio.

Solicito que do presente seja dado conhecimento aos familiares, em nome de seu pai, Wilson de Campos Oliveira, à Rua José Loureiro, 267, apt. 1304, nesta Capital. Igualmente, que seja cientificada a Loja Paz e Amor N.º 36, em nome do venerável José Santos Ribeiro, Caixa Postal 1626, em Maringá, bem como à Loja Apóstolo da Caridade N.º 21, à Rua Visconde de Guarapuava, 2466, conj. 12, em nome do venerável Valter Coelho Queiroz, nesta Capital.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que se solicite dos líderes das Bancadas, a designação de Deputados, para efeito de formação da Comissão Especial sobre a Universidade do Oeste, que deverá ser integrada por Parlamentares da Microrregião Oeste, e cuja tarefa será a de formular propostas políticas, institucionais e legislativas, sobre a questão do ensino superior na área específica de representação dos Deputados designados.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento parte da compreensão de que a questão do ensino superior no Oeste do Paraná transcende a esfera de responsabilidade do Município de Cascavel e assume a dimensão de impositivo regional.

De outro lado, é sabido que, da ótica constitucional, é papel da União a manutenção do ensino superior no Brasil e que para assegurar este dispositivo, há que se ter representatividade e força política.

Neste sentido, coloca-se a proposta de formação de Comissão Especial Supra-partidária que, constituída pelos Deputados oestinos, saberá trilhar o caminho que levará o Oeste do Paraná e sua gente a conquistar a Universidade do Oeste, de caráter público, gratuito e voltado aos interesses superiores do Paraná e do Brasil.

Como justificativa complementar, anexe-se ao presente pronunciamento que fizemos da tribuna desta Casa, em dezembro do ano passado:

“A QUESTÃO DO ENSINO SUPERIOR NO OESTE DO PR.

Há já vários anos, estamos a observar a vida de nossas instituições de ensino superior, em particular a vida das quatro Faculdades do Oeste do Paraná.

Julgamos ser esta a data apropriada para tecermos algumas considerações preliminares e para que as lideranças parlamentares oestinas se pronunciem sobre problemas da área do ensino superior. Ainda anteontem, lendo brilhante matéria publicada pelo jornal “Folha de Londrina”, intitulada “ADEUS UNIVERSIDADE DO OESTE — a esperança é uma FECIVEL melhor”, pudemos constatar o quanto é presente a chama no peito da juventude oestina na defesa de ensino voltado para os interesses nacionais e da maioria da população paranaense.

Com satisfação é que verificamos a dinâmica avançada da discussão universitária em nossa região. As lideranças estudantis,

com firmeza, a qualidade do ensino, a função social das faculdades. O financiamento da educação, a assistência estudantil, o papel da produção científica, tecnológica e cultural, entre outros temas ligados à problemática da Universidade brasileira.

CRISE DO ENSINO E UNIVERSIDADE DO OESTE

Trazemos a crise da FECIVEL à apreciação, porque entendemos que há uma linha de coerência entre a situação vivida pela Fundação Municipal de Cascavel e a crise das fundações municipais de Foz do Iguaçu, Toledo e Mal. Cândido Rondon.

Todos nós lembramos que o ano passado, justamente às vésperas das eleições de novembro, os líderes do PDS oestino anunciavam a decisão do Conselho Estadual de Educação de transformar a FECIVEL em Universidade. A fanfarronice que cercou a decisão nunca veio, entretanto, concretizar esta antiga aspiração da juventude e do povo de nossa região.

Falamos de fanfarronices e irresponsabilidade, porque a decisão de um órgão normativo como o Conselho Estadual de Educação significa tão somente uma autorização à criação da Universidade e para a concretização é necessária a contrapartida de recursos. A autorização para a criação da Universidade do Oeste está firmada, cabe-nos, agora, a responsabilidade de conferir um tratamento político sério à presente questão. Um tratamento que não contemple objetivos eleitoreiros e sim viabilize as reivindicações de nossa gente.

Em primeiro lugar, devemos afirmar que a criação da Universidade do Oeste não constitui responsabilidade do Município de Cascavel e de sua Prefeitura. Constitui, isto sim, uma questão regional e deste ponto é que devemos partir.

Dias atrás esta Casa aprovava pedido de informações de nossa autoria, a excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, em que solicitávamos os estudos já processados e em andamento no Governo do Estado em torno do problema do ensino superior no Oeste do Paraná. Entendemo-la como medida concreta de resgate desta discussão no plano do Executivo Estadual.

E o fazemos tendo em conta que a Lei Municipal 1088, de 1974, que criou a FECIVEL, e obriga a municipalidade a consignar, no mínimo, 3 por cento do orçamento da Prefeitura Municipal de Cascavel para a manutenção da referida instituição, nunca é aplicada em toda a sua dimensão. Nós mesmos reconhecemos a quase impraticabilidade de cumprimento desta legislação municipal, mesmo em Cascavel, onde o PMDB está à frente do Executivo e no qual a educação é prioridade. Impraticável, primeiro porque não responde às necessidades da Faculdade, e no segundo, porque desvia o município do cumprimento de sua obrigação constitucional, que é a manutenção do ensino de primeiro grau.

E vejam bem, que esta é a contradição vivida por outros treze municípios que também mantêm fundações municipais de ensino superior, no intento de preencher o vazio deixado pelo descomprometimento do Governo Federal com o setor social.

É preocupante que uma instituição de ensino, com a responsabilidade social da FECIVEL, esteja às voltas com tão grave crise, operando com um déficit de cinco milhões de cruzeiros por mês. Pior, quando verificamos que dos 1 bilhão e 225 milhões previstos no orçamento da FECIVEL, para 1984, mais de 1 bilhão serão oriundos das mensalidades escolares e de outros encargos educacionais.

Daí ser irreversível, a persistir este quadro, a privatização da FECIVEL. Mesmo porque, nossas faculdades, instituídas sob o regime jurídico de fundações e amoldadas ao espírito privatista da Lei Federal 5540 da Reforma Universitária de 1968, nunca nasceram para ser públicas e gratuitas.

Os investimentos públicos municipais visavam apenas dar o impulso para a arrancada inicial e logo a seguir o jogo do livre mercado se encarregaria do ensino e de sua direção. Esta tática, não obstante todos os ataques desfechados pelo Governo Federal, teve dificuldades para a sua consecução, dada a forte mobilização das comunidades universitárias de todo o País que continuarem na luta por verbas públicas para a educação.

E neste ponto surge a indagação: a quem interessa esta insolvência? De que forma a política educacional executada pelo MEC se articula com a inviabilização do ensino público e abre caminho definitivo para a privatização?

Adiantamos, todavia, que a posição do PMDB não pode conciliar com o fato de grupos econômicos locais, associados ao grande capital multinacional, virem a deter e institucionalizar o controle sobre as faculdades de ensino superior do Oeste do Paraná. Este é um compromisso de resistência do qual não nos podemos furtar.

INEXISTE UM PROGRAMA SÉRIO DO MEC

De outro lado, temos consciência de que a expansão do ensino superior no Paraná não ocorreu de modo planejado, obedecendo critérios válidos no tempo e no espaço. Esta expansão, ao longo dos vinte anos, respondeu, em verdade, às injunções de grupos econômicos e políticos instalados e/ou representados no Governo do Estado. E considerando que o Oeste não pode contar neste período com legítimas representações no Executivo, justifica-se, com facilidade, a razão pela qual todas as regiões recebem investimentos do Estado no ensino superior, à exceção da região que aqui representamos. Ademais, a expansão executada sempre teve como pauta um Paraná estático, linear e amorfo, de onde não ser considerado o crescimento vertiginoso experimentado pelo Oeste do Paraná.

Não podemos deixar de registrar, outrossim, a grande contribuição do Oeste do Paraná à economia estadual. Sua produção agrícola é das mais generosas. Ali se concentram as contradições sociais mais sérias advindas do crescimento desordenado e da implantação do modelo agrícola exportador. Nem isto impediu que os poderosos do Paraná de ontem armassem malabarismos e degenerassem em exercícios aritméticos para comprovar o bem-estar do povo e que tudo estava bem.

Nesta ordem de intervenção é que o Governo do Estado, sob o comando da camarilha neysta, executou a política de redução de verbas para o ensino e levou à privatização inúmeras instituições de ensino, produzindo resultados os mais nefastos que hoje nos empenhamos em reverter.

PROVIDÊNCIAS E INICIATIVAS POLÍTICO-LEGISLATIVAS

Diante destas considerações, percebemos que a superação passa necessariamente pelo engajamento da comunidade universitária, das entidades populares, culturais e científicas, num grande esforço paranista de enfrentamento da crise.

Do Parlamento onde atuamos, há que se abrir o debate e aprofundar a ação política no sentido da resolução destas questões. Com este espírito anunciamos aos nobres colegas Deputados, de quem esperamos obter o indispensável apoio, a proposta que deverá instalar nesta Casa uma Comissão Especial com a tarefa específica de determinar a extensão da crise universitária no Estado e, ao mesmo tempo, contribuir na tomada de providências.

Finalmente, propomos à Mesa da Assembléia a formação de uma Comissão integrada por todos os Deputados estaduais do Oeste, cuja função será a de colher informações referentes à luta pela Universidade do Oeste e avançar no encaminhamento concreto da reivindicação em tela. Pretendemos, enfim, uma Comissão supra-partidária com características de antes de mera formalidade. sejam uma frente de luta capacitando este Poder

livre e independente a responder com altivez às aspirações e iniciativas da sociedade paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de um voto de congratulações ao jornalista VINICIUS COELHO, pela passagem do 30.^o aniversário de atividades profissionais dedicadas à imprensa paranaense.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Maurício Fruet, Prefeito de Curitiba, o mais veemente apelo, no sentido de que sejam tomadas enérgicas providências para que sejam reabertos, com a máxima urgência, o prolongamento da Rua Prosdócimo Lage e o trecho da antiga rodovia Curitiba - Rio Branco do Sul, injustificavelmente cercadas e incorporadas à propriedade particular.

A reabertura dos logradouros públicos, que ora solicitamos, prende-se a três motivos principais: em primeiro lugar, é injustificável sob qualquer ponto de vista, legal, ético ou moral, que o proprietário de um imóvel confrontante com os próprios da municipalidade, sem qualquer justificativa e intempestivamente, incorpore a seu bel prazer, o bem público às suas posses particulares; em segundo lugar, e não menos importante, não se pode admitir que a conveniência de um cidadão se imponha sobre o bem-estar da comunidade, prejudicada, no caso, por ser obrigada a dar uma volta enorme para se locomover até a Rodovia dos Minérios, sendo afetadas, inclusive, crianças que se dirigem à escola que fica nas adjacências e, finalmente, se a pregação eleitoral de nosso partido primou por propugnar uma sociedade mais justa, onde a austeridade governamental e o interesse soberano do povo deve ser sobreposto a interesses mesquinhos e particulares, a situação atual de "grilagem" de um bem público não pode mais ser tolerada.

São estes os motivos que justificam o encaminhamento do presente requerimento, através do qual solicitamos enérgicas e imediatas providências da Administração Municipal ou, mesmo, num governo em que depositamos todas as nossas esperanças: — "fica tudo como estava".

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Dr. Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário de Estado dos Transportes, para que se digne determinar ao Departamento competente, que estude a possibilidade de ser reativada a balsa existente no Rio Iguaçu, na divisa dos Municípios de Porto Amazonas e Lapa, para dar atendimento à população daquela localidade.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Dr. Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário de Estado dos Transportes, para que se digne determinar ao departamento competente, que proceda aos reparos que se fizerem necessários na "cabeceira" da ponte existente sobre o Rio Iguaçu, na estrada que liga o Município de Guaíra a Mal. Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Dr. Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário de Estado dos Transportes, para que se digne determinar ao departamento competente, que proceda a recuperação da ponte de madeira existente no Rio Serrito, na estrada secundária que liga os Municípios de Porto Amazonas e Lapa, que também necessita de recuperação.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja providenciada a imediata realização de reformas na Escola Castelo Branco, localizada no Distrito de Bela Vista do Ivaí, pertencente à municipalidade de Fênix.

São precárias as condições das instalações daquela escola, cuja estrutura oferece inclusive algum perigo aos integrantes, tomando-se necessária, em caráter emergencial, a realização de reformas, conforme reivindicação do corpo discente, do corpo docente, dos pais e dos funcionários.

Neste sentido, em razão do exposto, espera-se que esta Pasta possibilite a vistoria e conseqüentemente as reformas gerais, elevando as condições de ensino naquele estabelecimento localizado no Distrito de Bela Vista do Ivaí.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja cascalhada urgentemente a estrada que liga a localidade de Santo Antonio à localidade Bica D'Água, ambas pertencentes ao Município de Barbosa Ferraz.

De iniciativa dos Srs. Jair Cândido de Almeida e Antônio José de Andrade, lideranças daquelas localidades, estes afirmam que as condições atuais existentes daquela estrada são ruins, especialmente nos dias chuvosos, onde é comum é a inviabilidade de tráfego. Com isso, ficam aquelas localidades isoladas em relação uma a outra, o que é um verdadeiro transtorno, já que é aquela via um importante escoadouro de produção agrícola, característica maior de toda a região.

Espera-se que esta Pasta adote medidas que assegurem a conservação da referida estrada, assim como o seu cascalhamento, o que por certo trará tranquilidade a todos os moradores em seu uso, inclusive nos dias chuvosos.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que sejam desenvolvidas avaliações quanto a possibilidade de se construir um módulo policial no Conjunto Habitacional

Milton Luiz Pereira, em Campo Mourão.

Aquele bairro é integrado por residências construídas pela COHAPAR, possui moradores que em sua maioria, trabalham em diversos setores de produção, distantes do conjunto, deixando as suas casas com as esposas e crianças, à mercê de uma segurança durante o dia e também no período noturno.

Trata-se de uma reivindicação que vem de encontro aos interesses daquele populoso bairro, no que diz respeito à segurança pública, cuja tranquilidade será possível com a construção de um módulo policial.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Estado dos Transportes, no sentido de que seja liberado recurso para a aquisição de 10.000 l. de óleo diesel e trilhos de ferro para a construção de pontes na Municipalidade de JANIÓPOLIS.

São mais de 500 Km. de estradas que aquela Administração Municipal tem que garantir sua conservação assim como a reconstrução de trechos e melhorias, quando necessárias. Tendo em vista esta enorme quantidade de estradas a serem mantidas em estado de trafegabilidade, não possui a Prefeitura Municipal, de recursos orçamentários capazes de mantê-las dentro dos padrões.

Neste sentido, torna-se necessário que a Secretaria de Estado dos Transportes, dentro de suas condições, destine verbas que possam contribuir para a melhoria das estradas, e especialmente na construção de novas pontes, sendo tais reivindicações de caráter emergencial e de iniciativa de Excelentíssimo Senhor NEURIDES VALBER BRERO, Chefe do Executivo Municipal de JANIÓPOLIS.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Estado da Segurança Pública, objetivando o envio de placas de sinalização para o trânsito na Municipalidade de TERRA BOA.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor ELSO GARCIA SEGURA, Prefeito Municipal, este afirma, conforme correspondência, a real necessidade de revitalizar o sistema de sinalização, com a implantação de novas placas, em face da ausência de muitas ou do estado precário em que se encontra.

Tal reivindicação virá, por certo, propocionar aos condutores de veículos, uma maior segurança no perímetro urbano e na área adjacente, oferecendo melhor orientação aos que chegam ou passam em TERRA BOA.

Pelas razões ora percorridas, a Administração Municipal de TERRA BOA aguarda por parte dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública, o encaminhamento de medidas urgentes e que sirvam para efetivar as melhorias pretendidas.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Senhor Secre-

tário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Lineu Schwartz, reiterando solicitação feita àquela Secretaria de Estado no ano de 1983, pedindo o capeamento asfáltico no trecho do prosseguimento da Rodovia do Papel, sub-trecho específico da ponte sobre o rio Tibagi, até a fábrica das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se fez e ora se reitera, tendo em vista o estado precário em que se encontra o referido trecho, prejudicando em muito o tráfego dos caminhões que fazem o escoamento da produção, para distribuição interna em nosso País e também para a exportação dos produtos das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A. que é a maior fábrica da América Latina do gênero, exaltando o nome do nosso Estado. Acreditamos ser possível sua realização agora, pois uma empreiteira se encontra com canteiro de obras instalado em Embaú, tomando seu deslocamento viável até o trecho.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, em que solicita-se dê ciência do inteiro teor do MEMORIAL N.º 01/84, de lavra dos Diretores da Rede Estadual de Ensino de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Considerando a gravidade das colocações dos Diretores da Rede Estadual de Ensino de Foz do Iguaçu, que recentemente estiveram reunidos no prédio da 44ª Inspetoria Regional de Ensino, resolvemos encaminhar a Vossa Excelência cópia do Memorando referido esperando sejam apuradas e tomadas providências.

Por último, cremos que deste intercâmbio entre as autoridades educacionais e a comunidade escolar devam surgir novas perspectivas para o ensino em nosso Estado e compreensão concreta da realidade das instituições.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

Requer o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Dr. ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme exposto abaixo.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à autoridade acima mencionada, solicitando a criação de um Distrito Judiciário em Nova Tebas, na Comarca de Pitanga.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, tal solicitação, se faz tendo em vista o desenvolvimento que vem apresentando o Distrito de Nova Tebas, quer no setor econômico, como nos demais setores daquela Comarca. Justo portanto que esse

desenvolvimento seja acompanhado no setor judiciário beneficiando assim aquela região, que atualmente necessita se deslocar com grande dificuldade até a sede da Comarca para tratar dos assuntos judiciários.

A criação do Distrito é uma aspiração daquelalaboriosa população que tanto tem contribuído para o crescimento do nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando que o mesmo envie esforços no sentido de viabilizar a instalação de uma central telefônica no Distrito de Paranaguá, Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Paranaguá é um dos distritos que atualmente mais se desenvolve em todo o Estado do Paraná, mas esse crescimento está diretamente ligado à comunicação, onde a telefonia se insere como prioritário, daí a presente solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente aos Excelentíssimos Srs. Secretário do Interior e Presidente da COHAPAR, solicitando a construção de casas populares no Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A maior parte da população de Boa Esperança é constituída de trabalhadores volantes que trabalham na lavoura, por essa razão carentes de recursos para poderem possuir a casa própria, a não ser pela ajuda do Poder Público, daí a presente solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento da estrada que liga Boa Vista da Aparecida a Cascavel, passando por São Salvador, Rio do Salto e Juvinópolis.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O asfaltamento da estrada que liga Boa Vista da Aparecida a Cascavel é uma reivindicação justa e antiga que reflete o anseio da população local, que dispõe hoje tão somente de uma estrada secundária em péssimas condições de tráfego. A região, grande produtora agropecuária, é uma das que se inclui nos 4 mil quilômetros de estrada não pavimentadas, sofrendo grandes prejuízos, extensivos à economia estadual, quando por ocasião de chuvas.

Além disso, a população, sempre que chove, fica impossibilitada de se utilizar de serviços como hospitais, estabelecimentos de ensino, órgãos judiciários, serviços públicos estaduais e federais e outros de igual importância, situados em sua maioria na cidade de Cascavel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Superintendente do INAMPS, no Paraná, solicitando a ampliação do convênio de 4 para 8 horas de atendimento ambulatorial, através do Sindicato dos Trabalhadores de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O grande número de associados ao Sindicato dos Trabalhadores no Município de Boa Esperança, filiados este ao FUNRURAL, faz com que seja necessário a ampliação do convênio atual que é de 4 horas para 8 horas, a fim de que possa atender convenientemente todos que ali procuram assistência médica ambulatorial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Cordoni Júnior, solicitando a instalação de um gabinete dentário no Posto de Saúde do Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A saúde do povo é a suprema lei, e em Boa Esperança a saúde do povo é uma necessidade que se impõe, daí a presente solicitação, pois o povo daquele município não conta com nenhuma assistência nesse sentido, dada pelo poder público.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando a pavimentação da estrada de acesso secundário à sede do Município de Marilândia do Sul.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O pedido em questão é de inegável valor para o desenvolvimento daquele município. Afinal, com a pavimentação desses 2 quilômetros de acesso, que em dias de chuva fica intransitável, a comunidade de Mauá e redondezas terá reduzido em cerca de 5 quilômetros o percurso até a sede do município. É importante que se destaque que do ICM arrecadado no município, oitenta por cento é contribuição da comunidade de Mauá.

A população de Marilândia do Sul reivindica esse atendimento, o que sem dúvida alguma virá corresponder ao programa do atual Governo e à expectativa que o povo em nós depositou.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido o Plenário, o envio de correspondência a Excelentíssima Sra. Secretária de Educação do Estado do Paraná, solicitando apreciação e apoio à reivindicação do Diretório Central dos Estudantes junto à administração da Universidade Estadual de Londrina, referente à devolução integral das verbas devidas ao órgão representativo dos estudantes universitários de Londrina.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Na condição de ex-Presidente e fundador do DCE, tenho conhecimento aprofundado do mecanismo de repasse financeiro aos organismos estudantis da UEL.

Proveniente das taxas pagas pelos alunos, esse recurso sempre foi aplicado na manutenção dos serviços e atividades de representação estudantil. O repasse era feito normalmente até o ano de 1978, quando, em virtude do autoritarismo vigente na vida política nacional, a administração superior da UEL cassou os mandatos das lideranças estudantis e apreendeu os bens das suas entidades representativas, inclusive do DCE.

Hoje, os estudantes universitários de Londrina, reconquistaram com enormes sacrifícios, seu espaço de participação na vida da UEL. Eleita democraticamente no final de 1983, a atual diretoria do DCE vem lutando para reaver seus bens e dinheiro provenientes das taxas recolhidas aos alunos e que durante todos esses anos, esteve sob a administração da Reitoria.

Na convicção de que a vitória nas eleições de 82 e a implantação de um Governo Democrático do Paraná representam aliados fundamentais nas conquistas que a comunidade universitária paranaense vêm obtendo, somos de opinião que também neste particular, o da devolução integral dos bens seqüestrados às autoridades estudantis londrinenses pelos gendarmes do autoritarismo institucional que, felizmente, hoje se esboroa, o Governo do Estado, através da SEED, deve se posicionar.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 37/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O corpo discente terá representação, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados das universidades e faculdades mantidas pelo Governo do Estado do Paraná, bem como em comissões instituídas na forma dos estatutos e regimentos.

§ 1.º — A escolha dos representantes estudantis será feita por meio de eleições diretas e secretas, dirigidas pelas entidades estudantis, para as quais são candidatos todos os estudantes regularmente matriculados na instituição de ensino e no curso para o qual pleiteiam a representação;

§ 2.º — A representação estudantil será de, obrigatoriamente, um quinto do total dos membros dos colegiados e comissões.

Art. 2.º — Os estatutos e regimentos deverão adaptar-se à presente lei, após a data de sua publicação.

Art. 3.º — O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60 dias e revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa assegurar direito de representação às comunidades discentes nas Faculdades e Universidades Estaduais, numa confirmação do que lhes é facultado na legislação federal sobre a matéria.

Introduz duas modificações principais na legislação estadual vigente: primeira, garante a todos os membros discentes o direito a eleger e ser eleito representante nos órgãos colegiados, segunda, obriga a instituição a, em seus estatutos e regimentos, assegurar a participação de um quinto de estudantes do total de membros dos colegiados e comissões.

Estribado na Lei Federal n.º 5540, de 28 de novembro de 1968, o projeto ora em apreciação democratiza substancialmente a vida institucional e política das faculdades e universidades estaduais, já que retira do arbítrio dos estatutos e regimentos internos o direito de restringir a possibilidade legal dos candidatos discentes e da proporcionalidade desta participação.

PROJETO DE LEI Nº 38/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, a criar a Fundação Centro de Assistência ao Deficiente Físico - CADEF, com sede e foro na cidade de Campo Mourão.

Parágrafo único. A Fundação Centro de Assistência ao Deficiente Físico - CADEF, tem por finalidade principal prestar assistência aos deficientes físicos, em geral, cuja regulamentação constará em seus estatutos.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Criação do "Centro de Assistência ao Deficiente Físico. O deficiente físico é um ser humano carente de afeto e comunicação com o mundo.

ATIVIDADES:

Esportes, Escola, Hospital, Artesanato, Literatura, Pintura, Música, Floricultura, Agricultura, Feira-Exposição.

O centro contratará instrutores fixos (assistentes).

Contratará professores e médicos estagiários.

A MANUTENÇÃO DA ENTIDADE:

- Subvenção dos órgãos governamentais, municipal, estadual e federal.
- Donativo mensal espontâneo das empresas, com comprovantes para o abate no Imposto de Renda.
- resultado financeiro da exposição-feira dos produtos agrícolas e do artesanato e pintura obtidos no Centro.

PROJETO DE LEI Nº 39/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a criar, através da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, o "INSTITUTO DE RECUPERAÇÃO LAR DO MENOR", com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Parágrafo único. O Instituto de Recuperação Lar do Menor, entidade assistencial, funcionará em regime de internato, prestando atendimento modelo para a recuperação de menores de 18 anos, que por desajustes sociais tenham cometido algum delito.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

PROJETO DE LEI Nº 40/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar, no Município de Umuarama, Escola Técnica Agrícola, a nível de 2.º grau.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

Apoio: ADHAIL SPRENGER PASSOS, ROBERTO REQUIÃO, TADEU FRANÇA e MÁRCIO ALMEIDA.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.
(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

JUSTIFICATIVA:

Dos de maiores superfícies agricultáveis do Estado do Paraná, o Município de Umuarama tem se destacado como célula municipal de grande arrecadação de recursos fiscais, inclusive na produção de grãos que garantem à Nação soberbos índices de exportações.

Conte-se também na tábua de importâncias, a maior porção de carne bovina do Estado, suprimindo não só o Paraná como também os vizinhos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro com produtos da melhor qualidade.

Essa dinâmica de produção agropastoril coloca Umuarama na condição de cidade, pólo de influência de uma vasta região, incluindo os municípios do Sul do Estado do Mato Grosso do Sul que mantém estreitas ligações comerciais, industriais e culturais.

Esta privilegiada situação geo-econômica concentra preferência cada vez mais acentuada pela fixação de residência, abrangendo os interesses pelo ingresso de filhos de produtores rurais na rede de ensino que concentra desde o primário até cursos superiores.

Nesta gama de valores estruturais sociais, culturais, empresariais, rurais, deve-se incluir a implantação de uma escola técnica agrícola, pelo Governo do Estado do Paraná, dotando a região de Umuarama do curso profissionalizante que mais de perto diz das possibilidades: agricultura e pecuária.

Para tanto, o Governo Estadual poderá contar com todo o apoio da Prefeitura Municipal de Umuarama, que está disposta a tudo fazer pelo ensino em sua área de grande densidade demográfica de jovens em idade estudantil.

PROJETO DE LEI N.º 41/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica vedada aos órgãos da Administração Pública direta ou indireta, bem como às Fundações instituídas pelo Estado e Companhias de Economia Mista, das quais o Estado seja acionista majoritário, a contratação de serviços de terceiros, através de pessoas jurídicas organizadas com a finalidade de locação de serviços.

Parágrafo único. Os contratos de locação de serviços em vigência, serão denunciados pela autoridade competente, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta lei, ficando vedada a renovação daqueles em que a denúncia, por força exclusiva de dispositivo contratual, não seja de imediato possível.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(aa) PAULO FURIATTI, ROBERTO REQUIÃO e
NESTOR BAPTISTA

APOIAMENTO: Nelson Vasconcellos, Caíto Quintana, Sabino Campos, Tadeu França, Márcio Almeida, Rubens Bueno, José Antônio Fonseca, Adhail Sprenger Passos e Antônio Belinati.

PROJETO DE LEI N.º 42/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o CLUBE PARANAENSE DE MONTANHISMO, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O Clube Paranaense de Montanhismo, que se pretende declarar de utilidade pública, está devidamente registrado no cartório de registro de pessoas jurídicas desta Capital, promovendo seu trabalho em prol da natureza, hoje tão ameaçada pela depredação indiscriminada que assola o País e o Estado que é considerado o "berço do montanhismo".

Anexamos a documentação pertinente ao presente plano de lei, em cumprimento ao que dispõe a legislação atinente à matéria aqui apresentada.

Assim sendo, esperamos dos nobres Pares o apoio que esta proposta merece e sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 43/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a implantar nas escolas públicas do Distrito de Rancho Alegre, Município de Goioerê, Curso de Segundo Grau.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) IVAN GUBERT

PROJETO DE LEI N.º 44/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo único — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, a Sua Excelência Reverendíssima D. Hélder Pessoa Câmara.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

D. Hélder Câmara, homem dos mais notáveis em nossa Pátria e dos mais perseguidos pelas forças do obscurantismo, dispensa, absolutamente, encômios para que seja homenageado pelo nosso Estado.

D. Hélder Pessoa Câmara, nascido em 07 de fevereiro de 1909, em Fortaleza - CE, estudou no Seminário de Fortaleza, de onde saiu padre com 22 anos e meio.

Em 1931, Padre Hélder trabalhou ativamente entre os intelectuais e operários. Ainda no Ceará, atuou na Liga Eleitoral Católica e, em 1934, foi nomeado pelo Governador Francisco Menezes Pimentel diretor do Departamento de Educação do Estado.

Em 1936, Padre Hélder transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde ocupou o cargo de Assistente Técnico no Secretariado de Educação do Distrito Federal. Nesse ano abandonou o integralismo.

Nomeado Diretor do Ensino Religioso e da Renovação da Formação Catequética do Arcebispado do Rio de Janeiro, D. Hélder foi, em seguida, Inspetor de Ensino no Ministério da Educação e depois, Membro do Conselho Superior de Ensino daquele Ministério.

Paralelamente, tomou-se Conselheiro da Nunciatura Apostólica. Em 1952 é nomeado bispo-auxiliar.

Em 1950, expôs seus planos de fundar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, ao então futuro Papa Paulo VI, Monsenhor Montini.

Enquanto bispo-auxiliar no Rio de Janeiro, D. Hélder iniciou uma atuação assistencialista com a fundação do Banco de Providência e da Cruzada de São Sebastião "para socorrer necessitados e indigentes". Na CNBB, D. Hélder ocupou ainda o cargo de Secretário de Ação Social (1964/1968) e foi Presidente

da Comissão Brasileira de Migração.

Suas atividades na CNBB motivaram a fundação, em 1955, da Conferência Geral do Episcopado Lato-Americano - CELAM, da qual foi delegado do Brasil e Vice-Presidente durante o período de 1958 a 1960, e em 1964.

Mandado para Recife para assumir a Arquidiocese no dia 12 de abril de 1964, menos de 15 dias após o golpe militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart, D. Hélder voltaria seu trabalho entre as camadas menos favorecidas da população.

Nos caminhos de D. Hélder, encontramos um dos representantes da Igreja Católica de maior prestígio em toda a América Latina, digno das homenagens do Estado do Paraná e de seu povo.

PROJETO DE LEI Nº 45/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica instituída pela presente lei a meia entrada para estudantes em todos os locais públicos, com caráter de lazer e/ou cultura, mantidos pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 2.º — São estudantes aqueles regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino de primeiro, segundo e terceiro graus, reconhecidos pelo sistema e identificados pela Carteira de Identidade Estudantil da UPES - União Paranaense dos Estudantes de Primeiro e Segundo Grau e da UPE - União Paranaense dos Estudantes, ou por entidade por estas reconhecidas para emissão de documentos de identidade estudantil.

Art. 3.º — São locais públicos, para os efeitos da presente lei, teatros, cinemas, circos, pontos turísticos, estádios e congêneres.

Art. 4.º — O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 30 dias e revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Com a nova legislação que regula a matéria, o Poder Público incorporou a idéia central da recente Portaria MEC/CONCINE, qual seja a de extinguir a meia entrada para estudantes em determinados horários.

Com isso, retirou-se da juventude estudiosa brasileira uma conquista dos anos 50, numa clara violação do direito facilitado de acesso à cultura e ao lazer. Esta lei constitui, pois, medida de justiça aos direitos adquiridos pelos estudantes brasileiros, uma vez que democratiza as repartições públicas culturais e de lazer mantidas pelo Estado, e respeita a antiga sistemática de cobrança de ingressos por cinquenta por cento do preço, em todos os horários e para todos os estudantes.

PROJETO DE LEI Nº 46/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada a utilidade pública a Associação Educacional de Foz do Iguaçu e revogavam-se as disposições em contrário

Sala das Sessões, em 28 de março de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Considerando os objetivos filantrópicos da Associação de Desenvolvimento Educacional (ADEFI), na assistência escolar através da criação e manutenção de escolas; promoção e estímulo aos estudos de cultura geral, técnica e pedagógica e social, na função dos enteresses dos educandos e da sociedade iguaçuense temos que esta entidade assumiu papel destacado na vida institucional de Foz do Iguaçu.

Responsável pela manutenção de várias escolas, pelo aperfeiçoamento do pessoal docente, na prática infantil de es-

portes, assistência médica, concursos, palestras sobre temas de conteúdo variável e relevante, está plenamente justificado o presente pleito. Anexe-se ao presente a documentação exigida por lei.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa alegria de contarmos hoje, na sessão desta Casa de Leis, de um grande número de representantes, dos celetistas do Paraná, liderados por Duarte dos Santos, que é da Comissão Pró-Federalização dos Servidores, e da equipe de negociação.

E para que conste nos Anais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós vamos ler a Carta Dirigida a nós deputados, pela Assembléia Geral Permanente dos Servidores Celetistas do Paraná. (Lê):

CARTA AOS SENHORES DEPUTADOS

Na sessão de nossa assembléia geral permanente decidimos apelar aos Senhores Deputados para que acompanhem a discussão do reajuste salarial para nossa categoria que ora se processa.

Tal decisão se prende ao fato de que sempre nestas ocasiões de discussão salarial do funcionalismo público, o Poder Legislativo só entra em cena quando o Líder do Governo recebe a proposta do Palácio Iguaçu e trabalha pela sua aprovação.

O que nós queremos Senhores Deputados é dar-lhes conhecimento também da nossa proposta e ainda com os Senhores poderemos discutir a situação de calamidade a que estamos sendo empurrados, por um tratamento desigual por parte do governo, quando de novembro de 82 a novembro de 83, assistimos os professores estatutários contemplados com um reajuste acumulado de 143%, e os celetistas da administração direta e autarquias no mesmo período tiveram um reajuste de 86%, com uma perda de 57%. Achamos que os professores ainda não têm um salário justo, no entanto não aceitamos essa discriminação e exigimos equiparação salarial.

Em anexo, apresentamos o conjunto de nossa proposta, a qual esperamos seja por parte dos Senhores Deputados, estudada e discutida, também conosco, servidores celetistas e concluímos com o convite para o vosso comparecimento, à próxima sessão de nossa Assembléia Geral Permanente e realizar-se no dia 13 de abril de 1984.

Certos de vossa compreensão, depositamos nos Senhores Deputados, nossa esperança.

— Comissão de Mobilização dos Celetistas.

— Comissão de Negociação dos Celetistas.

— Comissão Pró-Federação dos Servidores Públicos do Paraná.

Bom, os celetistas estão pedindo:

1- 146% de reajustes imediatamente para compensar a perda que tiveram em relação ao reajuste dos professores estatutários, índice pleno do INPC, e as perdas dos últimos anos. (reajuste válido para os celetistas da administração direta e autarquias);

2 - piso salarial de 3 salários mínimos para todo o funcionalismo público estadual;

3 - unificação da data base, o reajuste de estatutários e celetistas, numa única data, (o reajuste dos celetistas agora é no mês de julho, o primeiro reajuste unificado);

4 - oficialização do reajuste semestral;

5 - estabilidade no emprego;

6 - criação de uma comissão paritária, servidores e governo, para estudar a unificação dos regimes de trabalho CLT e es-

tatutários.

A propósito, Sr. Presidente, a imprensa já noticiou que nós estamos elaborando dois projetos de lei: um, para que todo celetista tenha estabilidade no emprego a partir de 4 anos de trabalho. É inadmissível, intolerável, que quando haja uma troca de governo, o celetista, muitas vezes, por mesquinhas políticas, acabe sendo demitido, perdendo o seu emprego, mesmo depois de longos anos de trabalho, se é bom funcionário ele deve permanecer, mesmo com a troca de governo; e outro projeto que nós estamos apresentando é para que o celetista tenha direito a ser atendido pelo IPE; que ele possa fazer a opção de ser atendido pelo IPE. Enquanto no IPE o estatutário pode marcar uma consulta médica, até por telefone, aquele que é celetista, que não tem nenhuma estabilidade no emprego, que está tendo o seu salário defasado, tem que se sujeitar à previdência social que está falida em nosso País, prestando praticamente um "desserviço", um péssimo atendimento àqueles que não têm recursos para pagar um médico particular.

Nós esperamos que esta Casa aprove nossos dois projetos: o primeiro de estabilidade do celetista, quando ele contar 4 anos de trabalho; e o segundo, que o celetista tenha direito de ser atendido pelo IPE.

E por último, Sr. Presidente, nós concordamos com estas reivindicações, por serem justas. E aliás, eu diria, eu diria até de certa forma, que os celetistas estão pedindo muito pouco. Eu vejo que estão pedindo 146% de aumento e que a televisão e os jornais têm admitido que a inflação no Brasil já está em 230%, e com a inflação desse ano poderá ir a 250%.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa informa ao nobre orador que seu tempo está esgotado. (Palmas das galerias).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa quer declarar que se sente honrada com a presença dos nossos visitantes. No entanto, adverte que o nosso Regimento Interno proíbe qualquer manifestação por parte das galerias.

Esperamos a compreensão dos ilustres visitantes.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. No horário da Liderança do PMDB vamos abordar a questão dos celetistas e encaminhar uma solução que abra os efetivos canais para que a negociação se dê desta vez a partir da Assembléia Legislativa.

Ocupo a tribuna neste Pequeno Expediente, para denunciar mais uma invasão de terra pública em Curitiba.

Desta vez, porém, o invasor não tem o pretexto de formar entre os marginalizados da sociedade.

Não é um caso para a Diretoria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Curitiba.

A comunidade do Bairro de Abranches, está indignada. Há dois anos está indignada.

Srs. Deputados, ao lado da moderna Rodovia dos Minérios que liga Curitiba a Rio Branco do Sul; havia, há muitos anos, uma chácara. Esta é dividida ao meio pela Rodovia dos Minérios.

O antigo proprietário fechou a antiga rodovia de Rio Branco do Sul e em acordo formal com a Prefeitura e moradores da região, abriu um acesso à nova Rodovia dos Minérios, passando pelo seu terreno e dando continuidade à Rua Prosdocimo Lange.

A chácara mudou de mãos e acabou sendo propriedade de um conhecido cartorário protestador de títulos, dono do "Jornal do Estado".

Este senhor, encarapitado em seu prestígio, fechou sem mais nem menos aquela rua. Grilou a rua e a estrada. Era uma rua sobre a qual a Prefeitura já tinha feito o famoso anti-pó, que foi coberto com terra, e em cima da terra, o proprietário

do "Jornal do Estado" plantou grama.

Isto ocorreu na época em que o Prefeito de Curitiba era o Sr. Jaime Lerner, que, segundo moradores da área, freqüentava festas na chácara do Dr. Roberto Barrozo.

Hoje os tempos são outros. São tempos de Maurício Fruet. E eu tenho certeza que desta tribuna brevemente anunciarei a abertura da rua de mais de 18 anos, e a reintegração ao patrimônio público desta estrada centenária.

Desta vez é o Dr. Roberto Barrozo, protestador de títulos, que recebe os protestos da população.

O Prefeito Maurício Fruet deverá enquadrar rapidamente o proprietário do "jornaleco" ou fica tudo como estava.

Destaco ainda desta tribuna, o fato de que o Dr. Roberto Barrozo se utiliza de funcionários públicos "fantasmas" pagos pelo Estado e pelo dinheiro da população, para levar à frente o seu empreendimento jornalístico.

Chamo a atenção do Dr. João Elízio, Vice-Governador, pois consta que o Dr. Roberto Barrozo se utiliza de funcionários "fantasmas" do BADEP. E esta situação, assim como dilapidação e apropriação indevida do patrimônio público, tem que cessar.

Este é um governo do PMDB. Um governo do povo e os tempos serão outros. Ou não serão outros? Aguardemos a decisão do Prefeito Maurício Fruet.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu companheiro de bancada, ilustre Deputado Antônio Belinati. Desta tribuna, em nome do nosso Partido, o PDS já deu o seu total e irrestrito apoio à classe dos celetistas do nosso Estado.

Venho também a esta tribuna, colaborando com o Deputado Antônio Belinati, não para ser simpático a quem quer que seja, em especial a classe dos celetistas do Paraná, que nós entendemos que o pedido dos senhores é muito justo, que seu pedido não ultrapassa limite nenhum do direito desta sofrida classe, por isso é que damos o nosso total apoio a esta classe, que não pede nada além do seu direito, e ainda pede muito pouco.

O pedido de reajuste neste documento que os senhores deram é abaixo, como dizia o Deputado Antônio Belinati, da inflação que galopa, que cresce na Nação brasileira, e vamos defender e acredito que o PMDB também, porque a comissão de funcionários que presente está neste Poder hoje, é composta de pessoas de todos os partidos políticos, portanto é supra-partidária; é pelo interesse da classe, é pelo interesse da estabilidade que nós entendemos, pois sou celetista, não do Estado, mas de uma firma particular, licenciado, e sinto na carne o que os senhores e as senhoras sentem, a insegurança de seu próprio lar.

Mudam-se governos, mas os funcionários têm que ser os mesmos, e deverão ser contratados outros na medida da necessidade que o Estado tenha na criação de novos organismos, na criação de mais vagas para se dar oportunidade ao nosso povo que cresce, que reproduz, e sente-se inseguro pela falta de estabilidade e pela falta de novas vagas para o sustento de nossos filhos e nossos descendentes.

Farei o possível para sensibilizar o PMDB, mas já entendi pelas palavras do inteligente Deputado Roberto Requião, que os senhores terão o apoio de ambas as bancadas, de ambos os partidos políticos, constituídos por vocês mesmos, neste Poder Legislativo.

O nosso apoio não é para ser simpático, não é para angariar votos, porque estamos muito longe de uma eleição, estamos longe de angariar votos e conseguir novamente a simpatia do

povo paranaense. O que queremos é a segurança destes funcionários, porque ninguém trabalha por amor à causa, suando a camisa se ele não tiver a garantia de permanência em seu emprego. É muito justo o pedido de aumento. É até muito pouco, pela necessidade de aumento da inflação em nosso País. Tanto é, srs. celetistas, Srs. Deputados, que vamos tentar sensibilizar a todos para apoiar os celetistas.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa lamenta mas lhe comunica que seu tempo está esgotado.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador) (Palmas)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa reitera a solicitação feita aos ilustres visitantes e solicita a colaboração de todos.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tadeu Feança.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A dor de que padecem os funcionários celetistas do Paraná é a mesma dor que sofrem os trabalhadores do Brasil. É a dor dos desempregados, dos injustiçados; é a dor dos asfixiados em sua voz, a exemplo de alguém que hoje, em seu primeiro dia, recomeça uma greve de fome, por ter, infelizmente, o laço de ser ainda o único jornalista preso neste País, condenado pelo arbítrio e pela prepotência por um crime de opinião: Juvêncio Mazzarollo.

Srs. Deputados, prezados celetistas aqui presentes, a quem fazemos questão de nos endereçar. Na realidade, importa que saibamos que mais do que palavras, interessam atos. E é por esta razão que justamente com nosso irrestrito apoio à causa trabalhista, conclamamos os Deputados do PDS para que cerrem fileiras para que, por exemplo, aprovelem requerimento que há dias está nesta Casa cobrando veementemente uma postura do Governo Federal que está boicotando recursos, não só dos municípios, como dos Estados brasileiros, entre os quais o Estado do Paraná. Nós pedimos que Cr\$ 300.000.000.000,00 que estão indevidamente retidos nos cofres do Banco do Brasil possam ser uma resposta material, porque todos nós sabemos: o Governo do Paraná e os municípios paranaenses somos uma etapa a sofrer consequências de uma situação maior. Não é o Governo do PMDB o responsável pela caótica inflação de 230%. Essa inflação, é a conclusão e síntese de um Governo Federal anárquico que, através da incompetência política condenou, não apenas os celetistas, mas a maiorias brasileiras a ter que mendigar os seus direitos mais elementares. Somos um Estado de mediação, meus caros celetistas. José Richa também é obrigado a bater nas portas do Governador Federal, a mendigar recursos para dar respostas aos anseios mínimos de uma população. A causa celetista é também a nossa causa, mas nós temos que estar cientes de que nós, do PMDB, recebemos por herança um Governo há vinte anos selado pelo entreguismo, pelo arbítrio, pela Lei de Segurança Nacional, pelo pacto com as multinacionais. E é por isso que nós reconhecemos que muita coisa tem que ser feita. Nesta Casa ainda há poucos dias, um requerimento nosso foi aprovado, em que pedíamos remuneração aos Delegados do Paraná, - não formados -, que são maioria, e que não são remunerados pelo seu trabalho.

Nós fizemos um levantamento e detectamos uma situação, especificamente, na área dos transportes, em que historicamente milhares de funcionários que trabalham quarenta horas, recebem, historicamente, apenas remuneração condizente à trinta horas. Várias denúncias existem prezados funcionários, Sr. Presidente e Srs. Deputados, entretanto, com a nossa disposição em abrir o diálogo por esta Casa, como afirmou o Deputado Roberto Requião, nós queremos dizer, celetistas estamos numa mesma causa, numa mesma lu-

ta! É preciso que todos nós trabalhadores, unidos estejamos para liquidar de uma vez por todas, o estágio e a estrutura responsável por um histórico aumento salarial, que sempre foi muito baixo do índice da inflação...

(Soam os tímpanos)

por um Brasil que venha a ser de todos os celetistas e de todos os trabalhadores.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa suspende a sessão por alguns instantes, para que se restabeleça a ordem prescrita no Regimento Interno desta Casa.

É suspensa a Sessão por alguns instantes.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está reaberta a Sessão. A presidência registra com satisfação a presença em plenário dos Vereadores do Município de Cascavel, Hermes Porcianello e Paulo Gustavo Gorski.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Sabino Campos. Declina.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Peço a Vossa Excelência a minha inscrição para a tarde de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa atende.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

Ausente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

Declina.

Consulto à Liderança do Partido Democrático Social se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. ODENI MONGRUEL - Fará uso da palavra o Sr. 2.º Secretário, Deputado Francisco Escorsin.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Escorsin, inscrito no horário destinado à Liderança do Partido Democrático Social.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN - Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Lê):

Neste encontro de lideranças parlamentares desejamos declarar, desde logo, que nosso posicionamento é pelas eleições presidenciais diretas. Esta posição é decorrente não só dos nossos princípios de vida política, como também da manifestação da franca maioria do eleitorado que nos conduziu, pela sexta vez, a um mandato parlamentar.

Não obstante esta convicção pelas diretas, assalta-me o temor pela oportunidade dessa eleição já, sem antes procurar contornar a formidável crise que assola o País, em processo de acelerada subversão dos valores que esta terra sempre defendeu.

Crise que é fruto da conjuntura econômica, que eclode em todos os momentos e em qualquer lugar.

Crise geradora dos conflitos sociais que tornam inseguros nossos dias e escurecem o futuro.

Porém, os partidos políticos representados por sua liderança não parecem preocupados com o combate a esse estado de coisas.

Até mesmo o Governador, vive hoje a agitação de escolher ou apontar presidenciais. A agitação de escolher: eleição direta ou indireta, parecendo ser somente essa razão de sua existência.

E pedem diretas já! Diretas para eleger imediatamente um desses políticos de oposição que não mostraram ainda nenhum pendor para administrar a coisa pública?

O tema apaixonante do momento é a eleição direta como ponto de debate. Observamos que isto é feito para que seja desviado o olhar, e a atenção do povo, do verdadeiro pro-

blema que é a má administração.

Não estamos aqui com o espírito destrutivo e alienado, nem tão pouco desejando o insucesso de nossos adversários ou com a intenção de simplesmente fazer críticas. O nosso único objetivo é de alertar, e de sacudir as lideranças adormecidas.

Sacudir as lideranças para que acordem para os verdadeiros problemas nacionais e estaduais que são relegados a soluções fortuitas.

A crise que ora atravessamos é um problema mundial, sendo esta uma frase usada em qualquer lugar onde se reunam pessoas conscientes e informadas da realidade econômica do mundo.

O número de desempregados cresce a cada dia; a miséria, a fome a rondar número cada vez maior de lares; os serviços públicos como a segurança e a saúde, decaindo de qualidade; a educação no Estado mergulha em verdadeira barafunda.

A violência atual, fruto da injustiça sob todas as suas formas, constituindo a primeira fonte da violência, torna-se evidente que o debate para promover a justiça social em benefício do povo que sofre frustrações é uma necessidade imperativa.

Homens da atual situação acenaram ao povo dizendo que: seria diferente neste Estado depois de 15 de março de 83. 1983 se foi. 1984 está indo e até agora a única coisa que o PMDB ofereceu a esse desiludido povo do Paraná são as diretas.

Pessoas há que tentam camuflar a situação, enganando o povo demagogicamente dizendo que a grande solução para o problema do povo brasileiro é eleição direta para Presidente.

Vive então todo o País e nosso Estado também sob o clima da demagogia e do engodo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nestes dias, o advogado Osman de Oliveira escrevia em sua coluna no jornal "O Estado do Paraná", um artigo intitulado "o grande engodo".

Nele com muita propriedade e sem tomar posição partidária, analisa a verdadeira guerra em que o PMDB transformou a tese das eleições diretas.

Batalha de vida ou morte pois serve aos seus interesses eleitoreiros que não se esgotaram em novembro de 82, uma vez que deixariam a descoberto a sua incapacidade para gerir os Estados em que venceu as eleições.

Aí estão Senhor Presidente e Senhores Deputados os principais Estados deste País, a demonstrar os desgovernos a que foram atirados pelas urnas de 82.

Não assumindo as missões para as quais foram eleitos ou seja administrar seus Estados, mas agarraram-se à tese das diretas como tábua de salvação para suas totais faltas de vocação para gerir. Preferem ainda continuar na função de crítica para a qual os seus comissários sempre se prestaram. Uma verdadeira peneira para tentar tapar o sol da incompetência.

Milhões de brasileiros vivem hoje a dramática situação de estarem desempregados ou subdesempregados, e a cada instante é possível ouvir o brado de angústia dos desempregados que sofrem as consequências da deterioração de suas condições de vida, com o aumento incessante dos preços, a ameaça constante de demissões.

O temor de que essa situação perversa e injusta perdure por muito tempo ou ainda mais se agrave constitui em sério apelo à consciência de todos nós, a fim de combater o desemprego para que cessem as passeatas pelas ruas, com 300.000 desempregados no Paraná, batendo às portas das bolsas de emprego, fazendo protestos com faixas e cartazes reclamando dos governantes, soluções, exigindo paliativos como a

volta da distribuição do bolsão de alimentos.

O reajuste dos aposentados exigindo uma resposta às necessidades do momento, mas, ninguém se preocupa em solucionar.

A previdência rural clamando por emendas ao anteprojeto, estudos e análises para o encaminhamento de soluções ao trabalhador rural e ao "bóia-fria", aqueles que com o trabalho sustentam e garantem o feijão, o arroz e o pão nosso de cada dia.

A agricultura necessitando de uma reforma agrária que venha sanar os descaminhos da explosão latifundiária, com a diminuição cada vez maior dos pequenos proprietários; os sem terra gritando através de associações e sindicatos exigindo projetos com soluções a curto prazo.

A luta pela posse da terra é uma das muitas lutas que trava nosso povo. Urge que sejam resolvidas porque devemos todo apoio para a obtenção do sagrado direito de permanecer na terra que ocupam, como ocuparam seus pais e seus avós.

A saúde do povo dependendo de soluções de mentes mesquinhas que apegam-se a querelas para fechar postos de saúde, em vez de ampliar e aperfeiçoar os já existentes. Vemos o povo morrer à míngua por falta de nutrição, atendimento médico hospitalar e saneamento.

O menor desamparado jogado nas ruas, à mercê de um futuro incerto aprendendo lições de roubo e assalto na escola da vida, na calada da noite durmindo em bancos de praças e nas calçadas.

A "lei do cão" que a vida, a miséria, o sofrimento e a sarjeta ensinam para o menor abandonado; o brasileiro que amanhã será homem que constituirá na grande força deste País.

O menor abandonado carece de projetos, de estudos, de soluções que o tirem da marginalidade social, que lhe dêem um caminho, uma oportunidade na vida, para que amanhã não seja mais gente assaltando bancos, roubando e matando, povoando as penitenciárias e fazendo gemer a população.

As favelas explodindo nas periferias das cidades, com seus problemas característicos pedindo a todos nós, soluções. Deixemos entrar em nossos corações e eco da angústia dos favelados, porque lhes falta o alimento, a roupa, a instrução, o trabalho, os remédios, enfim tudo aquilo que é necessário para alguém viver como pessoa humana. Estudemos, lutemos e nos reunamos para criar soluções aos problemas dos favelados, para que melhorem o nível de vida, para que se tornem mais homens e com mais dignidade.

Araucária aí está com resíduos petroquímicos infestando a área circundante, e a qualquer hora um sinistro poderá ocorrer. Podemos nós suportar uma tragédia semelhante à de Cubatão?

Apenas um setor, segundo o próprio governo tem anunciado vai muito bem - o fiscal. Alardeia-se aos quatro ventos que graças à capacidade administrativa e à inflexibilidade do atual Secretário, as finanças do Estado estão recuperadas. É fácil cobrar quando se tem ricas fontes tributárias. Difícil é gerar recursos para atender a essa fúria de impostos que tomou conta dos governos em todos os níveis: Federal, Estadual e Municipal. Gostaria de ver alardeada essa eficiência nos demais setores da administração. A prestação da casa própria tornou-se no pesadelo e tormento dos assalariados, não pode e não deve continuar torturando os mutuários. Uma discussão política voltada ao atendimento das populações carentes deste Estado no sentido de que todos tenham igualdade de oportunidades. Quadros desoladores de fome crônica fruto da injustiça social devem ser banidos com soluções maduras. Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O desenvolvimento de um povo está alicerçado na educação que ele possui e mantém, pois da educação é gerada

a força interior, o patriotismo e o senso de dever nos homens. E a educação do nosso povo, dos nossos filhos, está entregue nas mãos de gente que na ânsia de tudo mudar, não vê o perigo da aventura; na mudança, talvez o perigo de perder já no presente o futuro.

Eis nobres colegas, todo um elenco de problemas que assolam o nosso Estado, eclodem a todo instante, gerando mais problemas dia a dia.

Este movimento formidável que o PMDB faz hoje, só em prol das diretas, poderá marcar a partir de abril uma das maiores decepções deste sofrido e engodado povo. Com a derrota possível da emenda Dante de Oliveira, os palanques tendem a ser transformados em feéricos salões de carnaval em plena quarta-feira de cinzas, com os pierrôs e os arlequins sentados desolados em seus cantos, olhando para as praças vazias, tendo ainda em seus ouvidos os aplausos e as ovações daquilo que foi o sonho de uma noite de verão.

Para os políticos terá sido mais que um sonho, será a oportunidade de manter um destaque inesperado numa fase de vacas magras. Mas para o povo será o retorno a cada vez mais amarga realidade do dia a dia, o terrível dia a dia dos que não têm horizontes, até que os cofres públicos tenham ressarcido a vultosa verba investida no movimento pelas diretas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tantos esquecem as potencialidades de nosso País e, também os caminhos que percorremos até agora para sermos o que somos. As notícias, os erros de planejamento, a inércia, as mazelas todas que em cada instante nos chegam ao conhecimento não devem e nem podem ser formadas que estrangulem nossa fé.

Vive o País, talvez, o mais dramático momento de sua história. O modelo implantado e teimosamente sustentado sustentado pelo Ministro Chefe da SEPLAN, infelizmente com a convivência do próprio Presidente Figueiredo é questionado por todos, e o Governo carece de credibilidade de quase toda a sociedade, simplesmente por persistir no erro em dotar o País com o modelo econômico hoje vigente.

Neste momento os homens de sensibilidade que amam sua terra e se preocupam com sua gente, que mantenham o equilíbrio capaz de fazer cessar os egoísmos, os interesses classistas e partidários.

É preciso que olhemos bem alto os interesses de nossa Pátria, e que tenhamos piedade, compaixão de mais de dez milhões de nossos irmãos desempregados e subempregados que esperam de nós orientação, ajuda e trabalho.

Lembremo-nos que estamos saindo de um regime de exceção implantado no Brasil por mais de 20 anos. Não podemos nem devemos contribuir para um impasse institucional. Devemos avaliar os conselhos e pronunciamentos de que, a reabertura democrática deve ser lenta e gradual, isto para que a grande nau chamada Brasil não venha a naufragar.

Muito mais teria a ser dito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se o nosso objetivo nesta tribuna fosse apenas a crítica. Mas não. O que nos move é um alertamento a todos nós: homens de Situação e de Oposição”.

Concedo aparte ao nobre Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana — Deputado Francisco Escorsin, Vossa Excelência, no início do seu pronunciamento, declarou-se favorável às eleições diretas. No entanto, no curso de seu pronunciamento, tece críticas às eleições diretas, como se elas fossem um engodo do PMDB.

A princípio, as eleições diretas não fazem parte, exclusivamente, do PMDB. Fazem parte, sim, de todos os partidos de oposição, de todos os segmentos sociais e, principalmente, da população brasileira que tem demonstrado em todas as pesquisas, a sua vocação para escolha de seus líderes e a sua

vontade de retornar ao princípio da eleição direta para Presidente da República.

Não nos arvoramos no direito de dizer que o PMDB é o grande artífice da eleição direta. É ele um colaborador junto com a Nação brasileira que está pedindo eleição direta. Agora, nobre Deputado, nas enumeral que Vossa Excelência faz da fome, da miséria, da falta de saúde, do endividamento do País, da falta de condição de vida, de habitação, da falta de salários como os próprios celetistas pedem hoje aqui, de uma inflação galopante, temos que chegar a uma conclusão: que o voto de crédito dado ao Governo Revolucionário para 20 anos; 20 anos é uma geração. Não soube dar resposta aos problemas do Brasil, que se agravaram cada vez mais, comprometendo econômica, social e financeiramente a vida desta Nação.

Nada mais justo que se devolva ao povo brasileiro o direito de escolher entre os seus, uma pessoa competente para eleger para Presidente da República. E é Vossa Excelência quem está dizendo que o PMDB quer ganhar a Presidência da República.

Não, nobre Deputado, o PMDB quer a eleição direta para Presidente da República. Quem vai votar é o povo.

Se o PMDB vai ganhar é porque tem ganho a preferência popular pelo trabalho, pela defesa intransigente, na prática dos direitos do povo brasileiro. E aí está a última pesquisa do Instituto Gallup, mostrando e desdizendo o que Vossa Excelência diz: “O Governador José Richa, eleito pelos paranaenses, foi considerado o melhor Governador do País, com um percentual não alcançado até hoje, em pesquisa neste Estado. Acreditamos, Deputado Escorsin, por conhecê-lo, que Vossa Excelência haverá de cerrar fileiras com todos os Parlamentares deste País, que somados ao povo, haverão de lutar pelas eleições diretas, como forma de sair do caos em que estamos vivendo. Obrigado.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Eu agradeço o pronunciamento do nobre Deputado Caíto Quintana. Mas, o meu posicionamento, face à vivência que temos, é pelas eleições diretas, não já, e sim conforme estabelece o próprio PDS.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Deputado Francisco Escorsin, é com muito prazer que ouço Vossa Excelência falar em reforma agrária, por ter sido exatamente este tema motivo da derrocada do governo democrático derrubado pelo golpe militar de 64. Já à época, o Brasil necessitava, reivindicava e estudava várias fórmulas de se fazer ou de se promover no Brasil uma reforma agrária, dando ao homem que trabalha a terra, para ele produzir.

Todavia, este tema foi um dos grandes temas e levou as forças armadas e a T.F.P. a se mobilizarem para tomar o Poder no Brasil e massacrar o povo brasileiro, como tem feito nestes 20 anos. E Vossa Excelência fala na saúde do povo, e eu gostaria de colocar que a saúde do povo, ilustre Deputado, está diretamente ligada ao seu problema alimentar. Um povo que não se alimenta condignamente, está fadado à doença e a uma série de outros problemas, inclusive transmissível organicamente pela hereditariedade.

Ilustre Deputado Francisco Escorsin, Vossa Excelência coloca ainda que o verdadeiro problema do Brasil é a má administração dos Governadores do PMDB. Todavia, esquece Vossa Excelência que a fome, o desemprego e o subemprego e a má remuneração existentes hoje no seio da camada de trabalhadores brasileiros é exatamente porque a Revolução — dita Revolução ou Golpe de 64 — ao tomar o Poder no Brasil, não mais respeitou o trabalhador brasileiro, e assim fazendo fechou os seus sindicatos, entrevistou nos sindicatos e pôs lá dentro os pelegos para, exatamente, tirar do trabalhador brasileiro a sua

força reivindicatória.

Assim procedente, o trabalhador brasileiro, não somente o celetista, mas todos eles têm hoje o seu salário profundamente defasado por uma política perniciosa e maléfica ao trabalhador da nossa Pátria.

E Vossa Excelência fala em agricultura, e eu gostaria de lembrar a Vossa Excelência que é o seu partido que dá sustentação política, exatamente ao homem que prometeu encher a panela do povo, que foi o Sr. Ministro da Agricultura de então, Delfim Netto, que ao assumir o Ministério da Agricultura no Brasil, no Governo João Baptista Figueiredo, prometeu encher a panela do povo e hoje esquece o Deputado, o povo nem sequer tem panela para por alguma coisa para se alimentar.

A história não está bem contada, ilustre Deputado Francisco Escorsin. Nestes 20 anos, o Governo de Vossa Excelência e o seu Partido implantaram no Brasil a fome, o analfabetismo, o entreguismo e o patrocínio das multinacionais que invadem o Brasil e esta Pátria, transformando o Brasil num "entrepote americano".

Ilustre Deputado, nossa própria nacionalidade está muito defasada, porque exatamente o Governo que Vossa Excelência defende, não tem tido sequer a dignidade maior de ser um governo nacionalista, mas sim um governo entreguista, entregando as nossas riquezas para as multinacionais, entregando e negociando a soberania nacional, quando assenta foros e jurídicos para dirimir questões econômicas de nossa Pátria, escolhendo foros internacionais.

Quando nós temos, hoje, ex-ministros dirigindo multinacionais em detrimento dos interesses da economia nacional, ilustre Deputado, eu acho que tenho que lhe dizer que essa história do seu discurso, meu ilustre Companheiro, a quem prezo e a quem respeito pelo passado da experiência e competência que sempre demonstrou, gostaria de lhe dizer que esta história não está bem contada.

E até quando Vossa Excelência fala em segurança pública, eu gostaria de relembrar: a insegurança pública neste País foi implantada exatamente pela invasão dos lares feita pela Revolução, onde se empalmou de toda arte poderosa e soberana abaixo apenas de Deus, no solo brasileiro, e invadia lares e violava correspondência, e prendia assim, sem mandado judicial, e torturava e matava e escondia e assassinava presos políticos. Aí sim, foi instalado o princípio da insegurança social, e com a política econômica recessiva, o princípio também da insegurança econômica, do trabalho e do salário do trabalhador.

Gostaria de fazer esses reparos para que a lembrança do brasileiro jamais esqueça que os últimos 20 anos foram de total massacre para com o povo do Brasil e de total prestígio aos grupos internacionais que Vossa Excelência, com o seu Partido, defende, apoia e prestigia.

Muito obrigado pelo aparte. Desculpe-me ter-me alongado tanto.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Alencar Furtado.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Odeni Mongruel.

O Sr. Odeni Mongruel — Eu agradeço, Deputado Francisco Escorsin, e quero cumprimentá-lo. Vossa Excelência poucas vezes vai à tribuna, mas sempre o que faz traz com o seu conceito, com o seu espírito público, a sua vocação para o exercício da política, uma rica contribuição e todos nós, que o admiramos e que integramos posições neste Plenário e nesta Casa, ficamos a recolher na sua atitude, profundos ensinamentos.

A mim me chamou atenção, Deputado Francisco Escorsin, foi a maneira clara como Vossa Excelência descaracterizou o sentido da forma de fazer as coisas. Vossa Excelência obser-

vou com muita propriedade o substantivo essencial, o conteúdo. À medida que Vossa Excelência ia discorrendo o seu discurso, eu cá comigo desenvolvia o meu raciocínio e chegava à conclusão do apelo de Vossa Excelência, no sentido de que carecemos, agora mais do que nunca, de instituições fortes. Nós temos que reformular os nossos conceitos, os nossos valores, as nossas atitudes. Não serão com emoções e paixões que estaremos trazendo contribuição expressiva neste momento difícil da vida nacional. Indiscutivelmente, Deputado, carecemos de instituições fortes, menos ídolos e menos heróis. Os países desenvolvidos nos dão um profundo legado, porque estão sustentados em instituições fortes, cujo lastro dessas instituições, é a cultura e a educação do povo, e na medida em que Vossa Excelência ia colocando as suas opiniões, eu também sentia aqui...

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos).

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Fará uso da palavra por dez minutos, cada um, os Deputados Márcio Almeida, Roberto Requião e Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Márcio Almeida, por dez minutos.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O objetivo da nossa palavra nesta tarde, se prende à questão educacional no Paraná. Contudo, eu não poderia deixar de fazer uma referência ao assunto que traz satisfação a todos os integrantes desta Casa, a presença dos servidores celetistas, representados aqui pelas suas Comissões na Assembléia, na tarde de hoje.

Embora o assunto venha a ser tratado logo em seguida competentemente pelo nobre companheiro de bancada, Deputado Roberto Requião, eu gostaria só de, além de fazer a saudação, pela presença, registrando que é desta forma, com a participação de todos os segmentos da sociedade paranaense, na discussão dos problemas da vida paranaense, que se está revigorando o Poder Legislativo do Paraná.

Eu fico, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por vezes nauseado por verificar a incoerência e a desfaçatez com que pronunciamentos são feitos nesta Casa, fazendo crer, ou tentando fazer crer, a todos nós, da memória curta, que por tradição se acusa ter o povo brasileiro.

Eu fico a indagar se teriam coragem, aqueles brasileiros que ainda hoje insistem em apelar para o ritmo lento e gradual do processo de abertura, se teriam coragem esses mesmos senhores, de apelar aos celetistas do Paraná, que tenham paciência e que aguardem, que lenta e gradualmente venham a ter readquiridos os seus direitos e a sua situação.

Eu tenho náuseas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por mais uma vez, nos jogarem na cara a acusação de que a campanha nacional pelas eleições diretas é um fato eleitoreiro, uma tentativa, como foi dito, de obscurecer as eventuais falhas que os Governos de Oposição, nos Estados brasileiros, vêm tratando.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Em seguida, nobre Deputado.

Isso dito, a acusação de um caráter eleitoreiro, tentando diminuir a grandiosa campanha que o povo brasileiro, em massa, vem fazendo pelas eleições diretas, já na presença dos representantes de um movimento que tem como um dos seus itens postulados no documento entregue a todos nós, que comunica a adesão pelas eleições diretas para Presidente da República. Parece, inclusive, uma curteza política, se fazer colocações desse tipo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero ao fazer essa saudação à presença dos representantes celetistas do Paraná, registrar mais uma vez o convite que fazemos aos Deputados, não só da bancada do PMDB mas do PDS; não só ao Deputado Antônio Belinati, que é da nossa região, mas aos demais integrantes da bancada do PDS, para que compareçam, principalmente aqueles que vêm postando em favor das eleições diretas, que compareçam ao grande comício de encerramento pelas diretas, que se realizará no próximo dia dois, no Paraná, na cidade de Londrina. É o encerramento dessa primeira fase das diretas.

No restante, eu creio que o nobre líder, Deputado Roberto Requião, no que diz respeito especificamente aos itens da pauta, tratará em seguida.

Antes de prosseguir, em fazer centro do pronunciamento que gostaríamos de ocupar o espaço nesta tarde, eu cedo o aparte ao Deputado que a solicitou.

O Sr. Tércio Albuquerque — Deputado Márcio Almeida, antes meus agradecimentos pela sua maneira cortês de me conceder o aparte.

Desejo, neste curto aparte, fazer um reparo em suas palavras. Eu não nego, não sou daqueles que fica em cima do muro para agradar ninguém. Sempre fui e sou favorável às eleições diretas, mas sou contra os "showmícios", a essas concentrações, porque o povo sabe, e eu também sou povo e Vossa Excelência também é povo, que quem vai decidir sobre as eleições diretas são os Deputados Federais, os Senadores.

Então, em vez de estarmos gastando dinheiro em "showmícios", porque aquilo não é comício, poderíamos pagar passagem ao povo ir à Brasília, conscientizar os Deputados e Senadores, que seria mais proveitoso do que fazer estas concentrações.

Porque a concentração nobre Deputado, nada mais é do que desviar a opinião pública para as coisas que não estão sendo cumpridas das promessas eleitoreiras.

É meu aparte. Não tenho medo disso, não sou de cima do muro, não falo por trás, venho à tribuna, falo aqui, sou favorável com eleições diretas, mas não vamos gastar com "showmícios". Vamos pagar a passagem para o povo ir a Brasília, conscientizar os Deputados que é muito melhor, será mais produtivo para ganharmos esta Emenda Danta de Oliveira.

Muito obrigado.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Márcio, a política é muito dinâmica e o Deputado Tércio não faz jus à tradição de sua família, porque ele condena, tantos os "showmícios", como a digníssima figura de seu pai, Presidente do PMDB em Alagoas, esteve participando de um grande comício em Arapirá.

Então, realmente ele tem o direito inalienável de ter uma posição contrária às eleições diretas, ou pelo menos, aos comícios da mobilização popular.

Mas eu faria aqui um apelo ao Deputado Tércio Albuquerque, que fizesse uma revisão nos seus pensamentos, que seguisse os caminhos do seu nobre pai que em Arapirá participou ativamente por um comício às eleições diretas.

Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Eu agradeço os apartes. Só registro para lembrar a memória dos companheiros, só entrar no aspecto educacional que é curto, e só registro antes para não esquecer de que pelo menos nos comícios, nas manifestações públicas que vêm sendo realizadas, não há o risco de ser decretado o estado de emergência, como foi o caso em Brasília, na votação do 2045.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos aqui hoje registrar o nosso repúdio que o Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Sr. Marco Antônio Fiori, cunhado do Deputado Federal Oscar Alves, como relata o "Jornal do Estado" na edição de hoje, apresenta na sua página 7, acusando, tentando esconder as falhas na sua administração como Reitor da Universidade, acusando a Secretaria de Educação de boicote ou de colocar obstáculos na execução dos trabalhos daquela Universidade.

Esquece o Sr. Reitor de que foi este Governo, Governo José Richa, que vem garantindo o que não se fazia anteriormente, os cem por cento mensais de pagamento da folha dos professores e funcionários daquela Universidade. Esquece o Sr. Reitor que tem telhado de vidro e que possui na sua equipe "n" cargos altamente remunerados, inclusive do Prefeito na cidade universitária, irmão coincidentemente do mesmo Deputado Oscar Alves, que recebe mais do que o próprio Prefeito da cidade de Londrina.

Ainda hoje, como prova inclusive, uma situação toda essa, sem reconhecer que o Governo democrático do Paraná não tem feito a sua perseguição como se fazia anteriormente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Requião, por dez minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos a satisfação de, nesta tarde, contarmos nesta Assembléia, com a presença dos celetistas do Estado.

Era o nosso objetivo, quando dizíamos que as coisas iam mudar nos palanques eleitorais no período anterior a 15 de novembro, democracia participativa é exatamente isso, trazer o povo e as reivindicações para dentro da Assembléia, desabsolutizar o mandato representativo, Parlamento sem povo não é Parlamento e no momento em que os celetistas do Estado comparecem à Assembléia Legislativa estão dando consequência e dignificando o nosso trabalho.

Começamos a nos preocupar com o funcionalismo do Estado já há algum tempo, mas a luta tem sido dura, e queremos começar essa nossa conversa de hoje à tarde, citando a extinção da escravatura branca que grassava dentro da Assembléia Legislativa, quando afastamos a empresa NACIONAL, de contratação de serviços de terceiros e contratamos, dobrando o salário aos que há anos prestavam serviços nesta Casa.

Queremos também anunciar aos Deputados desta Casa e aos funcionários do Estado do Paraná, que na boa companhia do Deputado Paulo César Furiatti e do Deputado Nestor Baptista, estamos apresentando um projeto de lei que veda definitivamente a contratação pelos órgãos da administração pública direta ou indireta, bem como das Fundações instituídas pelo Estado, e companhias de economia mista, das quais o Estado é acionista majoritário a contratação de serviços de terceiros através de pessoas jurídicas organizadas com a finalidade de locação de serviços, esta lei disciplina a maneira com que isso se dará.

Para as empresas que o contrato permitir a denúncia será imediata, para as empresas que a denúncia imediata não for possível, está proibida a renovação.

Este é um caminho que temos que trilhar para varrer da face do Estado e do âmbito da administração pública esta escravatura branca que subordina funcionários a salários miseráveis, enquanto proprietários de empresas somente contam ou participam com sua influência política na obtenção das concessões e dos contratos.

Temos certeza que contaremos com o apoio unânime das duas bancadas nesta Assembléia, para varrer do Estado

do Paraná figura ilícita da concessão e contratação de serviços através de empresas juridicamente constituídas.

Democracia participativa, dizíamos, só se completa com a presença diante do Legislativo, das categorias que reivindicam diante do Estado os seus direitos, e por que este é o canal correto?

Porque o contrário, a reivindicação feita diretamente ao Estado, caracteriza a política corporativa ou fascista, é a valorização do representativo, a valorização do Poder representativo, do Poder da democracia representativa e do Poder Legislativo que assegura o avanço do processo democrático e quando os celetistas nos procuram estão evitando o contato direto com o Estado, que acaba por decidir de costas para os representantes do povo e os partidos políticos, no momento em que o Estado decide de costas para o Legislativo, para os Partidos políticos e para os representantes do povo, ele está se furtando a estabelecer políticas gerais para a sociedade inteira e a política, Srs. Deputados, não é a soma aritmética das reivindicações corporativas, a política é uma proposta para a sociedade inteira, costurada pelos Partidos, esses sim, com profundas ramificações nos movimentos populares e organizados da sociedade. Política costurada por partidos e que leva em consideração as necessidades e os desejos da maioria.

É neste sentido que queremos encaminhar a reivindicação dos celetistas do Estado. A proposta que fazemos, em nome da bancada do PMDB, aborda essas duas questões: a questão específica da reivindicação dos celetistas, que a nossa bancada propõe seja iniciada, imediatamente, através de um contato da Comissão de Negociações com o Colégio de Líder e Vice-Líderes da bancada do PMDB, contato a ser determinado imediatamente através do nosso líder em exercício, Deputado Nelson Vasconcellos, e em uma segunda etapa, o estabelecimento, através da Mesa desta Assembléia, de um Fórum de Debates que discuta, definitivamente, uma política de pessoal para o Estado do Paraná. Nós, representantes do povo, membros de partidos políticos, estamos dispostos a dar o apoio que os funcionários estão reivindicando neste momento. Mas, queremos discutir com eles, uma política de pessoal que atenda às necessidades administrativas do Estado do Paraná.

Gostaríamos, para abrir esse debate, de citar alguns exemplos: comparando a estrutura funcional do Estado do Paraná com a estrutura de um outro Estado estrangeiro, que tem, mais ou menos, a mesma população que a nossa.

O Paraná tem 7 milhões e 700 mil habitantes, e conta com 180 mil funcionários públicos estaduais, que somados aos municipais e federais ultrapassam a soma dos 300 e tantos mil funcionários. E o maior argumento da administração pública é que tem funcionários demais, e que por isso, uma vez que tendo demais, estão sendo mal ocupados no sentido do seu trabalho, que a Administração Pública deve ignorar a reivindicação dos trabalhadores e consolidação definitiva da sua estabilidade no cargo e de fundamental aumento de salário. Mas é realmente uma realidade essa situação.

A Suíça com a mesma população que o Paraná, tem 14 mil e 500 funcionários no nível da comuna, do Cantão e da Federação. Endossamos e abrimos o canal participativo da discussão do aumento reivindicado pelo funcionalismo neste momento, mas queremos contar com a presença do funcionalismo que trabalha e que assume o peso dos encargos do Estado, nesta Assembléia, para encaminharmos, através do nosso já tradicional Fórum de Debates, a discussão definitiva de uma política de pessoal que interesse ao conjunto da sociedade paranaense.

É nestes termos que a bancada do PMDB, por nosso intermédio, coloca neste momento, a questão.

Concedemos o aparte, inicialmente, ao Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque — Constrange-me interromper Vossa Excelência, Deputado Roberto Requião, que com muita propriedade faz uma análise do problema do funcionalismo público do Paraná.

Eu posso, antecipadamente, Deputado, dar o meu apoio ao projeto de Vossa Excelência, que vem, sem dúvida nenhuma, coibir erros e em especial a continuidade dos erros. Quando o Governo José Richa assumiu, houve a rescisão de contratos com uma empresa de vigilância no Estado. Os vigilantes, naquela época, ganhavam Cr\$ 116.000,00; a nova firma que assumiu, passou a pagar Cr\$ 96.000,00.

Então, Vossa Excelência, como homem capaz, traz na hora certa, num momento exato, um projeto que, não tenho dúvida, este Parlamento inteiro não só aprova, como deverá aplaudir esta medida em benefício do funcionalismo público do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Vossa Excelência tem mais um minuto.

O SR. ODENI MONGRUEL — Eu gostaria só de complementar, Deputado Roberto Requião. Estamos diante de um exemplo bem evidente, dos problemas do centralismo do Poder Executivo. O Poder Executivo é centralizado não apenas em Brasília, é também nas Unidades Federativas.

O empenho dos Parlamentares de ambos os partidos nesta Casa, ontem e hoje, sempre foi pelo justo atendimento ao funcionalismo público do Estado, estatutário e celetista, e esta sua intervenção na tarde de hoje, caracteriza bem isto, porque sabemos o pensamento dos integrantes da bancada do PMDB, que em nada diferencia-se da nossa. Somamos iguais, neste ponto.

Quero parabenizar-me com Vossa Excelência, que cada vez que vai à tribuna, traz sempre matéria útil e objetiva, e se caracterizam as suas intervenções, por um profundo ensinamento.

Meus parabéns, Deputado Roberto Requião, e como disse o Deputado Tércio Albuquerque, "A solidariedade dos Deputados que integram a bancada do PDS em favor desta causa, do funcionário celetista, que, em última causa, em última instância, é a causa do próprio Estado do Paraná".

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Em síntese, Srs. Deputados, abraçamos a causa dos celetistas, não numa posição populista e inconsequente, mas queremos examinar as suas reivindicações no contexto dos direitos do conjunto da população do Estado do Paraná de ser melhor atendida do ponto de vista administrativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana, por 9 minutos.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Roberto Requião colocou a posição da bancada do PMDB com relação às negociações dos celetistas do Estado do Paraná, o fez muito bem dizendo que a nossa bancada, através do seu líder, das suas vice-lideranças, irá analisar com profundidade a questão dos celetistas envolvendo a questão do funcionalismo público do Estado do Paraná para, definitivamente, nesse governo democrático, aberto, transparente, acessível ao diálogo e às reivindicações se possa normatizar a questão daqueles que trabalham e são as molas propulsoras do desenvolvimento do nosso Estado.

Chama-me a atenção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois fatos importantes na proposta dos celetistas: reajuste de 146 por cento imediatamente, para compensar a perda que

tivemos em relação ao reajuste dado aos professores estatutários.

Índice pleno do INPC e as perdas dos últimos anos.

O Governo do Estado do Paraná, em todas as categorias profissionais do serviço público, tem tido a áspera tarefa de repor ao funcionalismo público do Estado, perdas acumuladas durante muitos anos, de difícil acesso ao diálogo entre funcionários e governo.

Por isso, que sentimos nesta Casa com alegria e com satisfação a presença de funcionários públicos do Estado do Paraná, e sentimos a presença da bancada do PMDB, que há muitos e muitos anos vem lutando pela garantia salarial, pela reposição salarial aos funcionários defasados nos seus vencimentos frente a índices galopantes de inflação e de falta de reparo.

Mas, um outro item da proposta me chama a atenção de uma forma especial: a criação de uma comissão paritária, servidores e Governo para estudar a unificação dos regimes de trabalho CLT e estatutários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em especial os Deputados do PDS que usaram a tribuna no dia de hoje, ou que promoverão apartes nesta tarde com relação a eleições diretas.

Aqui está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a resposta da democracia, a resposta da liberdade, a resposta do diálogo das categorias de trabalhadores com o Estado que é o patrão, o pedido de uma comissão paritária, para juntos, trabalhadores e Governo, discutirem seus problemas. Fato novo, ventos novos que sopram no Estado do Paraná, pela liberdade e democracia que conseguimos ao menos no Estado onde os governantes, eleitos diretamente pelo voto da população, têm a obrigação de conversar com todas as classes que compõem o Estado, para dar satisfação, respaldo e resposta, às suas mais importantes reivindicações.

O Sr. Odeni Mongruei — Vossa Excelência permite um aparte?

Agradeço a sua gentileza, mas gostaria, Sr. Deputado, de novamente voltar à minha intervenção anterior. Vejo muito mais uma similitude de comportamento entre o Poder Executivo de ontem e de agora do que propriamente o comportamento diferenciado de ambas as bancadas com assento nesta Assembléia Legislativa.

Não fui Deputado na legislatura anterior, mas afeito ao trabalho político e à vida pública, tomei conhecimento do posicionamento do Deputado Estadual da legislatura anterior, fosse ele do PMDB ou fosse ele do PDS, já com uma nova configuração, originariamente MDB e ARENA.

Não conheço dos meus companheiros de ontem e dos meus companheiros de hoje, qualquer atitude levantada nesta Assembléia Legislativa, que tivesse como objetivo desassistir os funcionários públicos estaduais, fossem eles estatutários, fossem eles celetistas.

Vejo que a atitude que toma hoje a Bancada da Situação não é absolutamente diferente das atitudes tomadas pela Bancada da Situação de ontem.

Nós do Legislativo, pela própria natureza deste Poder, sempre estivemos mais identificados e mais sensíveis ao apelo popular, ao apelo das classes organizadas, ao apelo do servidor público. Porém, o que estranhemos é este pragmatismo violento nos dias de hoje e o modernismo em todo mundo ocidental, o comportamento do Poder Executivo centralizado e forte, este sim, age de maneira muito peculiar, muito particular, independentemente do partido político que lhe deu sustentação em campanha. A despeito das propostas do Partido político, o homem do Executivo se comporta de maneira diferente, e muitas vezes levando lá para fora a imagem distorcida de que o político é este; não o político fundamentalmente, é aquele que exerce suas atividades no Poder Legislativo; é aquele que basicamente procura reproduzir na prática os compromissos que assumiu em campanha eleitoral, e o que é que nós vemos? Vemos o comportamento do homem do Executivo absolutamente diferenciado do Parlamentar.

Portanto, nobre Deputado Caíto Quintana, nós que aprendemos a admirá-lo, nós que acompanhamos com grande interesse todas as suas intervenções, não podemos, respeitosa-mente, neste instante, aceitar a pecha colocada sobre nossos companheiros de ontem, da ARENA.

Saiba Vossa Excelência que a proposta destes companheiros foi energeticamente a proposta que Vossa Excelência faz e que nós fazemos, no dia de hoje. Se não foi conseguido um melhor resultado, se não foi conseguido uma melhor marca no atendimento ao servidor público, é por razões sobejamente conhecidas, em que os Executivos de ontem e de hoje, muito mais se identificaram do que propriamente se colocam de forma diferenciada. Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Deputado Odeni Mongruei, o Legislativo pode ter tido a mesma postura, e até é engraçado, os Legislativos tanto de agora quanto de outros governos foram eleitos pelo voto direto do povo, e por isso tiveram a postura que sempre tiveram.

O que diferencia o atual sistema administrativo do Estado do Paraná é que o Governo de hoje foi também eleito pelo voto do povo, ao passo que os governos anteriores não o foram. E aí está a ciência da questão, onde o próprio celetista, acreditando nas mensagens ditas e pregadas pelo Governo que elegeu, pede a criação de uma comissão paritária para trabalhadores, servidores e governo discutirem os seus problemas.

E eu tenho certeza porque em todos os momentos com classes trabalhadoras deste Estado, sempre esteve aberto o Governo do Estado do Paraná, através do Governador José Richa, para um diálogo franco com os servidores, para chegarmos a uma conclusão.

Agora, alerta, sim, pela necessidade de continuarmos a luta que é de cada um de nós, para devolvermos o estado de direito a esta Nação, para que se escolha Presidentes da República. Prefeitos de Capitais, de área de segurança nacional, pelo voto direto também de todos os brasileiros, porque senão, prezados celetistas, 146 por cento de reajuste nos seus salários, será comido no ano de 84 pela inflação galopante, insustentável, desequilibrada e constante, que vem-se sentindo nesta Nação.

O que precisamos é que, através de um pacto de trabalhadores, da sociedade, das classes políticas, das entidades organizadas, possamos dar um "basta" aos desmandos, às tutelas de interesses alheios aos nossos, para que possamos, sim, trabalhadores com reajustes, dentro da realidade brasileira, poderem fazer frente às suas necessidades diárias.

É muito mais complexa e muito mais profunda a questão do trabalho dentro da nossa Nação. E assim deve ser visto por todos aqueles que querem segurança para o dia de amanhã.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, devidamente apoiado, constante do expediente. — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Paulo Furiatti Roberto Requião e Nestor Baptista, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria da Sra. Deputada Amelia Hruschka, constantes do expediente. Necessitam de apoio-mento. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. Necessitam de apoio-mento. — Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente. Necessita de apoio-mento. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente. Necessita de apoio-mento. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 210/83, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública o CENTRO COMUNITÁRIO DE PROMOÇÃO AO MENOR, com sede e foro na cidade de Santa Mariana. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 211/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ - ASSEP, com sede e foro no Município de Curitiba. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 213/83, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SÃO JORGE", com sede e foro na cidade de São Jorge do Ivaí. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 229/83, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que veda aos órgãos da administração centralizada e autárquica, bem como fundações do Estado, contratação de mão-de-obra de terceiros para os serviços de carga e descarga, os quais deverão ser executados por trabalhadores sindicalizados e dá outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Com emenda de Plenário. Em discussão o Projeto e a Emenda. Emenda Aprovada. Projeto, aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 152/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 95/83), que objetiva doar ao Município de Campo Largo, o edifício localizado na Praça Getúlio Vargas, onde funcionava o antigo Fórum da Comarca, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 152/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campo Largo, o edifício em alvenaria de tijolos, onde funcionava o antigo Fórum da Comarca de Campo Largo, localizado na Praça Getúlio Vargas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 25 de agosto de 1983.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 152/83

PARECER:

O Projeto de Lei n.º 152/83, oriundo de Mensagem Governamental n.º 95/83, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Campo Largo, o imóvel, em alvenaria de tijolos, localizado na Praça Getúlio Vargas, onde funcionava o antigo Fórum da Comarca.

A competência para a sobredita doação é da Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, conforme o estabelecido pelo Art. 21, item VIII, letra C, da Constituição do Estado do Paraná.

A medida proposta atende aos interesses da Administração. Trata-se de um imóvel que foi desocupado pelo Poder Judiciário e se encontra vago. Ademais, vem ao encontro da reivindicação do Prefeito de Campo Largo, que pretende utilizá-lo para instalar órgãos municipais.

Somos, pois, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 157/83, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que dispõe sobre plantação de pinheiro do Paraná ou erva-mate, em terras que confrontam com rodovias pavimentadas, e dá outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 157/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Os proprietários rurais cujas terras confrontam com rodovias pavimentadas ficam obrigadas a, num prazo de dois anos, plantar na face fronteira do terreno, ao menos uma fileira de Pinheiro-do-Paraná ou Erva-Mate.

Art. 2.º — A Secretaria de Estado da Agricultura, providenciará, dentro de um prazo de um ano de vigência desta Lei, a distribuição de sementes a preço de custo aos interessados, bem como, lhes fornecerá as instruções necessárias ao plantio.

Art. 3.º — As árvores plantadas em obediência a esta Lei, se constituirão em patrimônio paisagístico do Estado, sendo vedado o seu abate sem prévia justificativa junto ao órgão competente da SEAG, e mediante o expresse compromisso de reposição.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA: É por demais conhecida a prática utilizada em estâncias hidrominerais e cidades turísticas de embelezar suas vias da comunicação com obrigatoriedade dos confrontantes em manter divisas e jardins dentro das normas estabelecidas pela Administração Pública. Tal prática, que se revela bem pouco onerosa para os proprietários, produz um indiscutível efeito estético, sem mencionar o aspecto mais importante que é o da preservação ecológica de espécies ameaçadas de extinção.

Diversos países da Europa, com área semelhante à do Paraná, tem disposições bem rígidas a esse respeito.

No que respeita ao nosso estado, no entanto, aliado ao efeito paisagístico ímpar que seria obtido e, considerando-se o inquestionável efeito estético, teríamos ainda a vantagem de ver, pelo menos nas áreas marginais e confrontantes com as rodovias pavimentadas um colar de maravilhosas árvores nativas, quebrando a monotonia da paisagem devastada pelo uso intensivo da propriedade rural em atividade produtora e, muitas vezes, predatória.

Do ponto de vista agrônômico, como ocorre em diversas regiões da França e dos Estados Unidos da América do Norte, o colar de árvores assim produzido ainda terá a inquestionável vantagem de servir como quebra-ventos, amenizando os efeitos extremados de fatores meteorológicos adversos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 157/83

PARECER:

Visa o projeto de lei em questão, obrigar os proprietários rurais que têm suas terras confrontando com rodovias pavimentadas, a plantar uma fileira de árvores, de Pinheiro-do-Paraná ou Erva-Mate, que se constituirão em patrimônio paisagístico do Estado.

Prevê também, o presente plano, o prazo para o atendimento do estatuído, estabelecendo ainda outras disposições concernentes às atribuições da Secretaria de Estado da Agricultura relativas à distribuição e custo de sementes, instruções para o plantio, bem como condições para o abate das árvores.

As razões para a medida proposta estão sobejamente demonstradas no bojo do projeto, onde o autor aponta a par dos efeitos estético-paisagísticos, vantagens de ordem eco-

lógica.

Somos pois, pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA”, com sede no Município de Terra Boa. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 172/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a

APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no Município de Terra Boa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da senhora Adinir Marion Garcia Segura, digníssima Presidente da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI), com sede no Município de Terra Boa, visa o presente concretizar e reconhecer o trabalho de amparo à infância, que é atualmente um dos maiores problemas sociais no nosso País. Tem a presente entidade, contribuído no saneamento desta realidade no Município de Terra Boa, atendendo atualmente o número significativo de sessenta crianças.

Infelizmente, tal trabalho de elevados méritos encontra-se ameaçado de não poder ter continuidade, dada a falta de verba destinada à manutenção de uma creche para as crianças carentes. Atualmente a APMI do Município de Terra Boa tem apenas um convênio com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) o qual não é suficiente sequer para atender diariamente as sessenta crianças.

Neste sentido, em face da situação difícil em que se encontra a entidade, apela a mesma para a compreensão dos nobres Parlamentares, possa a APMI do Município de Terra Boa ser considerada de utilidade pública, preenchidos os requisitos legais da Lei n.º 6.994, como comprova a documentação que segue em anexo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 172/73

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, o presente projeto de lei pretende declarar de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância”, com sede no Município de Terra Boa.

A documentação que acompanha o referido projeto de lei, corresponde perfeitamente às exigências contidas na Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em pauta.

A iniciativa é pertinente, sob o aspecto constitucional, e a matéria está de acordo com o Regimento Interno da Casa.

Portanto, somos pois pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173/83, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 107/83), que doa edifícios dos Terminas Rodoviários de Passageiros aos Municípios que especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 173/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar aos Municípios de AMPÉRE, ANDIRÁ, ARARUNA, ASSIS CHATEAUBRIAND, BANDEIRANTES, BARBOSA FERRAZ, BARRAÇÃO, CALIFÓRNIA, CAMBARÁ, CAPITÃO LEÔNIDAS CHAVES, CENTENÁRIO DO SUL, CATANDUVAS, CLEVELÂNDIA, COLORADO, CONGOINHAS, DOUTOR CAMARGO, FÊNIX, FLORESTA, FORMOSA D'OESTE, FRANCISCO ALVES, ICARAÍMA, IMBITUVA, IRETAMA, JACAREZINHO, JARDIM ALEGRE, JATAIZINHO, JOAQUIM TÁVORA, MAMBORE, MANDAGUAÇU, MANGUEIRINHA, MAL. CÂNDIDO RONDON, MARIA HELENA, MARILÂNDIA DO SUL, MARILUZ, MARMELEIRO, MARUMBI, MOREIRA SALLES, NOVA AURORA, NOVA CANTU, NOVA FÁTIMA, OURIZONA, PALMEIRA, PÉROLA DO OESTE, PITANGA, PRESIDENTE CASTELO BRANCO, QUEDAS DO IGUAÇU, RANCHO ALEGRE, RIBEIRÃO CLARO, RIBEIRÃO DO PINHAL, RIO AZUL, RIO NEGRO, RONCADOR, SALTO DO LONTRA, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, SANTA FÉ, SANTA HELENA, SANTA IZABEL D'OESTE, SANTA MARIANA, SANTO INÁCIO, SÃO JOÃO, SÃO JORGE D'OESTE, SÃO JORGE DO IVAÍ, SÃO PEDRO DO IVAÍ, SIQUEIRA CAMPOS, TAPIRA, TERRA ROXA, URAÍ, WENCESLAU BRAZ e XAMBRÊ, os edifícios dos Terminais Rodoviários de Passageiros neles construídos em decorrência de convênios.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 21 de setembro de 1983.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 173/83

PARECER:

O presente projeto de lei é oriundo da Mensagem Governamental n.º 107/83, que visa autorizar o Poder Executivo a doar aos municípios que especifica, os edifícios construídos em decorrência de convênios celebrados entre eles e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes.

A justificativa que encaminha o projeto, esclarece que a doação em causa abrange tão somente os edifícios, visto que foram construídos em terrenos pertencentes às Prefeituras, prevendo-se que, após a conclusão das obras, os municípios doariam os terrenos ao Estado. No entanto, estudos realizados pela Secretaria dos Transportes e os municípios, evidenciaram que a inversão das disposições convencionadas seriam mais oportunas aos interesses das partes signatárias, a doação ora proposta.

Sob o aspecto legal e constitucional, o projeto está livre de vícios, eis que a alínea C, inciso VIII, do Art. 21, e o inciso XVI, do art. 47, da Carta Magna Estadual lhes dá o amparo necessário.

Desta forma, nosso parecer é favorável por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

CAÍTO QUINTANA — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública a entidade “LAR DE ANANDA”, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 176/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a entidade "Lar de Ananda" com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública está devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, desta capital e serve desinteressadamente à coletividade, conforme a documentação que anexamos ao presente plano de lei, cumprindo desta forma o que dispõe a legislação pertinente a matéria aqui focalizada.

Assim sendo, levamos à consideração dos nobres pares a medida aqui proposta, esperando o devido apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 176/83

PARECER.

De autoria do nobre Deputado Roberto Requião de Mello e Silva, o presente plano de lei enseja declarar de utilidade pública o "Lar de Ananda", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual, reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 216/83, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dá nova redação ao inciso III e ao parágrafo 3.º do Art. 140, da Lei n.º 6174, de 16/11/70, conforme especifica. (APOSENTADORIA DE FUNCIONÁRIOS QUE TENHAM EXERCIDO CARGO DE DIRETORIA EM ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO), Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.R.H., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado por unanimidade.** (Public. no D.A. n.º 127, de 14/11/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 216/83

PARECER:

O projeto de lei em questão, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, estabelece normas para fixação dos proventos da aposentadoria de funcionários que tenham exercido cargos em comissão ou função gratificada, ou, ainda, cargos de diretoria em órgãos da administração indireta do Estado.

O projeto não fere qualquer dispositivo de ordem legal ou constitucional, merecendo por isso, parecer Favorável.

Somos portanto, pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
ARTAGÃO MATTOS LEÃO — RelatorCOMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 216/83

PARECER:

Da análise do plano de lei de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, temos que, das mais justas e meritórias, vem

a ser o texto da lei apresentado, visando estabelecer no setor dos recursos humanos da administração pública, tratamento equânime em futuras aposentadorias, aos funcionários que tenham exercido cargos de relevância na administração pública.

Com isso, o parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente
NELSON VASCONCELLOS — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wictor Carlos Neto de Oliveira, ocorrido no dia 24 de março do corrente ano. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, bem como à Seção Paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil, encarecendo Ação Judicial contra o Governo Federal referente à retenção de dois terços do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. — **Aprovado** À Diretoria Legislativa.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Roberto Requião).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, com apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao jornal "Folha de Londrina", pelas classificações obtidas no 1.º Prêmio Paraná de Jornalismo. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a ampliação das dependências do prédio da Escola Estadual 31 de março - Ensino de 1.º Grau, do Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a ampliação da Central Telefônica do Distrito de São José, no Município de Santa Helena. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo o funcionamento do Curso do Magistério para o período noturno em uma das escolas da rede estadual de ensino existentes no Município de Fênix. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo seja firmado convênio que permita a implantação de um mini-posto de captação de água, assim como sua ligação, no Distrito de São Luiz, no Município de Mariluz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por intermédio do Ministério das Comunicações, encarecendo a criação e instalação de uma agência do correio no Bairro Lar Paraná, no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR,

encarecendo uma central telefônica para o Distrito de São Clemente, no Município de Santa Helena. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de medicamentos para os Postos de Saúde do Município de Moreira Salles. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo ampliação e reformas do Posto de Saúde do Município de Boa Esperança. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o alargamento da rodovia que liga Boa Esperança à BR-369, em frente à COAMO. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao jornalista Vinícius Coelho, pela passagem do seu 30.^o aniversário na imprensa do Paraná. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Cultura e Esporte e Diretor Presidente da PARANTUR, encarecendo a inclusão no calendário turístico do Estado, da exposição-feira do Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores, dando-se ciência ao Sr. Governador do Estado, encarecendo protesto contra os atos praticados pelo Governo da República do Paraguai, referente à perseguição e prisão arbitrária de jornalistas, a suspensão de publicação de jornais daquele país e a interdição da circulação interna de jornais brasileiros. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Matos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a extensão da linha telefônica que vai até a COPASA, à ponte do Rio Jordão, no Município de Guarapuava. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um posto de vendas e outro de mecanização, ambos na CAFE DO PARANÁ, no Município de Marilândia do Sul. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao jornal "Folha de Londrina", pela brilhante participação no 1.^o Prêmio Paraná de Jornalismo. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de um prédio para a Subdelegacia de Polícia da localidade de Mauá, no Município de Marilândia do Sul. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando vo-

to de congratulações ao Clube Atlético Paranaense, pela passagem do seu 60.^o aniversário de fundação. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção do prédio da Delegacia de Polícia do Município de Marilândia do Sul. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Jayme Canet Júnior, pela homenagem que lhe foi prestada por todas as camadas políticas do Paraná, em reconhecimento aos relevantes serviços que prestou ao Estado. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do DETRAN, encarecendo apreciação do apresentado pela Chefia da 16.^a CIRETRAN, do Município de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Administração e Superintendente da EMOPAR, encarecendo a reforma do Colégio Estadual Monsenhor Guilherme, no Município de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do DNER, encarecendo informações sobre o pagamento de indenizações a pessoas físicas e jurídicas, em consequência da construção da BR-369, no Município de Corbélia. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações, encarecendo informações quanto a existência de processo reivindicatório de concessão para a instalação de emissora de rádio no Município de Corbélia. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a realização de Fórum de Debates Sobre a Questão do Xisto Betuminoso da Formação de Irati. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo decisão favorável à criação do Núcleo Regional de Ensino da SEED, no Município de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários das Finanças e da Agricultura, encarecendo a criação de linha especial de crédito do BANESTADO, para a implantação de micro-bacias. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo melhoria do sistema de transporte coletivo urbano do Município de Foz do Iguaçu, processado pelo Departamento dos Serviços de Transporte Comercial - DSTC. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Planejamento, encarecendo esclarecimentos sobre o Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná - PRODOPAR. — **Aprovado.** À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, com apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do documento elaborado pelas Federações do Comércio Varejista, do Comércio, das Indústrias, da Agricultura e das Associações Comerciais do Estado do Paraná. - **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro do Planejamento, Diretor Geral do DASP e Ministro da Agricultura, encarecendo a aprovação do Processo DASP n.º 20976/82, referente à criação da carreira de engenheiro agrícola no Serviço Público Federal. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo parecer favorável à criação de novos cursos na Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o cascalhamento da estrada que liga as localidades de Santo Antônio à Bica D'Água, no Município de Barbosa Ferraz. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de um módulo policial no Conjunto Habitacional Milton Luiz Pereira, no Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos para a aquisição de dez mil litros de óleo diesel e trilhos de ferro para a construção de pontes no Município de Janiópolis. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Vinícius Coelho, pela passagem do 30.º aniversário de atividades profissionais dedicados à imprensa paranaense. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o envio de placas de sinalização para o trânsito, no Município de Terra Boa. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o capeamento asfáltico no trecho do prosseguimento da Rodovia do Papel, sub-trecho específico da ponte sobre o Rio Tibagi, até a fábrica das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo apreciação e apoio à reivindicação do Diretório Central dos Estudantes junto à administração da Universidade Estadual de Londrina. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Oriando Pesutti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação da estrada de acesso secundário à sede do Município

de Marilândia do Sul. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um gabinete dentário no Posto de Saúde do Município de Boa Esperança. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que sejam reabertos, o prolongamento da rua Prosdócimo Lange e o trecho da antiga rodovia Curitiba - Rio Branco do Sul, injustificavelmente cercados e incorporados à propriedade particular. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo os reparos que se fizerem necessários na "cabeceira" da ponte existente sobre o Rio Iguaçu, na estrada que liga os Municípios de Guaíra e Mal. Cândido Rondon. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a recuperação da ponte de madeira existente no Rio Serrito, na estrada secundária que liga os Municípios de Porto Amazonas e Lapa. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo seja reativada a balsa existente no Rio Iguaçu, na divisa dos Municípios de Porto Amazonas e Lapa. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo reformas na Escola Castelo Branco, localizada no Distrito de Bela Vista do Ivaí, no Município de Fênix. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do INAMPS, encarecendo a ampliação do convênio de quatro horas para oito horas de atendimento ambulatorial, através do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Boa Esperança. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga Boa Vista da Aparecida a Cascavel, passando por São Salvador, Rio do Salto e Juvinópolis. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de casas populares no Município de Boa Esperança. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de uma central telefônica no Distrito de Paranaguá, Município de Boa Esperança. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Matos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação de um Distrito Judiciário em Nova Tebas, Município de Pitanga. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando dos líderes das bancadas

a designação dos Srs. Deputados, para efeito de formação da Comissão Especial sobre a Universidade do Oeste, integrada por Deputados da microrregião oeste e com a tarefa de formular propostas políticas, institucionais e legislativas. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo que se dê ciência do inteiro teor do Memorial n.º 01/84, de lavra dos Diretores da Rede Estadual de Ensino do Município de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 152, 157, 172, 173 e 176/83 e do Projeto de Lei Complementar n.º 216/83

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 177, 180, 184 e 192/83.

Marca ainda uma Sessão Extraordinária logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 99 e 100/83. Levanta-se a Sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA REQUERIMENTO DE AUTORIA DO SR. DEPUTADO AIRTON CORDEIRO, EM SESSÃO DO DIA 28 DE MARÇO DE 1.984.

Of. n.º 162/SG/PRES. Curitiba, 13/03/1.984

REFERÊNCIA: Reajuste de tarifas, preços e tributos - Uma proposta do empresariado.

Eminente

Estamos encaminhando o incluso documento ao seu distinguido apreço, ao mesmo instante em que registramos a certeza de que o assunto em referência, nele explicitado, merecerá a sua habitual e cordial atenção.

Contando com o marcante apoio de Vossa Excelência, queremos fazer-lhe destinatário da nossa maior consideração.

(aa) Federação do Comércio Varejista do Estado do Pr.

Federação do Comércio do Estado do Paraná

Federação das Indústrias do Estado do Paraná

Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Federação das Associações Comerciais do Estado do Paraná.

Ex.^{ma} Sr.

AIRTON RAVAGLIO CORDEIRO

DD. Deputado da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
CTBA—PR

REAJUSTES DE TARIFAS, PREÇOS E TRIBUTOS — UMA PROPOSTA DO EMPRESARIADO

Diplomas legais de toda sorte têm sido editados para comprimir as rendas geradas pelo setor privado colocando em trilhos estreitos os salários, tabelando os juros, punindo as rendas da propriedade e reduzindo os lucros, insumos básicos da produção futura.

Essas medidas, tentativamente deflacionárias, carecem, no entanto, de fundamental complemento por parte do setor público, já que não mais se questiona a responsabilidade do Governo sobre o processo inflacionário brasileiro.

Gestor de cerca de 50 por cento da economia, girando dívida interna ao redor de 27 trilhões de cruzeiros e acumulando déficit público superior a 18 por cento do produto interno bruto a fim de 1983, está bem caracterizada sua condição de agente maior da inflação nacional.

O Governo exime-se, contudo, de refrear suas próprias arrecadações, certamente em nome da necessidade de cobrir o déficit público. Este, porém, deve ser sanado, inquestionavelmente, pela via da austeridade, da efetiva reorientação dos gastos, da eliminação gradativa e seletiva dos subsídios, transferências e incentivos.

Não se justifica o incremento dos tributos e dos preços dos serviços públicos, em níveis superiores aos reajustes das outras rendas da economia, como caminho único para solver orçamentos deficitários. A pressão tributária já representa, com os recentes acréscimos, mais de 25 por cento do PIB do País. As tarifas de serviços sobem, por vezes, acima da correção monetária plena. As taxas multiplicam seus valores, completamente desatreladas de quaisquer dos índices que condicionam o assalariado, proprietário ou o empresário.

A Secretaria Especial de Abastecimento e Preços anuncia que o reajuste das tarifas de serviços públicos deverá obedecer correção equivalente a 97 por cento do INPC, para aqueles que tiverem aumentos semestrais. A iniciativa é louvável, porém insuficiente. Só alcança as tarifas que se corrigem semestralmente, e ainda assim permanece uma defasagem de 9,5 pontos percentuais, a recair sobre os ombros dos consumidores, que auferem, na média, apenas 87,5 por cento do INPC como reajuste dos seus salários.

Mais justo, certamente, o Projeto de Lei n.º 2496/83, da Câmara dos Deputados, no qual se propõe sejam os preços e as tarifas de todos os serviços públicos — das três esferas de governo —, reajustados de seis em seis meses, em proporção nunca inferior a 80 por cento do INPC. O projeto restringe-se porém, aos preços e tarifas de serviços públicos.

Para este ano, a disparidade entre as correções das rendas e os aumentos dos impostos, taxas e tarifas, já se prenuncia como certa, a considerar a duplicação das tabelas do imposto sobre a renda — somada com a correção em apenas, 80 por cento do tributo já retido na fonte —, e a recente declaração da empresa estatal de energia, informando que o preço do seu produto, que é corrigido trimestralmente —, subirá 5 por cento acima da inflação.

Exemplos como esses multiplicam-se a nível federal, estadual e municipal, num flagrante contraste com os critérios adotados pelo Decreto-Lei 2065.

As autoridades econômicas devem entender que o gigantismo estatal, alimentado a impostos, taxas e tarifas incontroladas, precisa ser contido, energicamente, não sendo justo, nem economicamente explicável, que o gestor da maior parcela do produto brasileiro fique à margem dos seus próprios critérios de tabelamento.

A ausência de uma autocontenção tributária, além de injusta é economicamente danosa. É tese admitida, amplamente, que o presente estágio da inflação, não mais se caracteriza como exclusivamente de demanda. Os custos são, no momento aliados a fatores psicológicos, os grandes propulsores da alta de preços. E ninguém ignora que impostos, taxas e tarifas pesam, marcadamente, em sua formação.

A política fiscal em prática mostra-se assim, inadequada pelos dois lados: reduz fortemente a renda disponível em mãos do público — em um ambiente

inflacionário que não mais se calca na demanda —, e adiciona pesada carga aos preços finais — em uma inflação que se apresenta como de custos.

Essa inadequação é atestada pela própria queda da arrecadação tributária da União. De janeiro a outubro de 1983 diminuiu 3,7 por cento em termos reais. O tão propalado incremento das receitas federais, verificado em janeiro deste ano, não foi reflexo de um crescimento da atividade produtiva, mas consequência do pesado aumento de impostos realizado no final de 1983. Os aumentos severos e a antecipação do pagamento — a que as empresas foram induzidas a praticar —, são os responsáveis pelo acréscimo real de 14,4 por cento na arrecadação tributária desse primeiro mês, comparada com o mesmo período do ano passado.

O “retumbante” feito fiscal do governo não tem consistência na atual conjuntura, quando verificamos estar exaurida a capacidade produtiva, na revelação do comportamento do IPI — declinando em termos reais, 27,5 por cento.

O vigoroso aumento da pressão fiscal, da mesma forma, tornou-se inadequado, já que a renda se apresenta combalida, conforme dados do Ministério da Fazenda estão a indicar, com a diminuição de 32 por cento reais, em relação ao imposto de renda da pessoa física e 4,6 por cento de declínio no que se refere à retenção na fonte.

Para que a economia privada funcione bem é indispensável um procedimento tributário sob o qual os pagamentos sejam previsíveis. Mesmo nas melhores circunstâncias, o investimento é sempre um risco e as unidades produtoras precisam de impostos diretos, taxas e tarifas.

Propomos, assim, que se transforme em norma de conduta nas três esferas de governo, para os impostos diretos (Imposto de Renda - pessoa física, Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, Imposto Predial Territorial Urbano), para as taxas e para as tarifas dos serviços públicos —, a utilização do mesmo parâmetro que vigora para a correção dos salários, respeitando-se idêntico período de tempo para sua vigência.

É nossa proposta que os tributos diretos da União, dos Estados e dos Municípios, só possam ser aumentados até 80 por cento do INPC, a cada ano, e que os preços e tarifas dos serviços executados, diretamente, ou sob concessão ou permissão pela União, pelos Estados e Municípios, só venham a ser reajustados, de seis em seis meses, em proporção que não exceda a mesma relação percentual do INPC.

Os parâmetros impostos pelo Poder à economia do povo devem ser, antes de tudo, sua própria norma de conduta”.